

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ADRIANA SILVEIRA RUIZ DIAZ

**GRUPO DE MULHERES KUNHANGUÉ REMBIAPÓ “TRABALHO DAS
MULHERES” E A PROPOSTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

FLORIANÓPOLIS, 2013

ADRIANA SILVEIRA RUIZ DIAZ

**O GRUPO DE MULHERES KUNHANGUÉ REMBIAPÓ “TRABALHO DAS
MULHERES” E A PROPOSTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Tereza Kleba Lisboa

FLORIANÓPOLIS, 2013

ADRIANA SILVEIRA RUIZ DIAZ

**O GRUPO DE MULHERES KUNHANGUÉ REMBIAPÓ “TRABALHO DAS
MULHERES” E A PROPOSTA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Tereza Kleba Lisboa
PRESIDENTE

Prof. Dra. Edaléa Ribeiro
Departamento de Serviço Social
1ª EXAMINADORA

A.S. Gisele Cunha
2ª EXAMINADORA

Prof. Ms. Juliane Caetano Justino
Departamento de Serviço Social
SUPLENTE

FLORIANÓPOLIS, 2013

AGRADECIMENTOS

A todos que lutam por uma sociedade mais justa e fraterna.

... à Pastoral da Juventude e ao JUVIC que me fizeram acreditar em outro mundo possível.

... à minha família, sobretudo à minha mãe, Jane, que me apoiou na escolha da minha profissão.

... ao meu noivo, João Sartori, que esteve ao meu lado em todas as dificuldades dessa caminhada.

... a todos os docentes do departamento de Serviço Social.

... ao grupo de mulheres Kunhangué Rembiapó.

... a todos os trabalhadores que fazem parte do movimento da Economia Solidária.

É POR NATUREZA?!

*É por natureza
que tenho vontade de desler
cada linha do insustentável desenvolvimento.*

*Por natureza
não entendo o “dês” – envolvimento da justiça e
da humanidade em nossas vidas
nem a cor da mais fria desigualdade
pois, por natureza,
apesar de todas as diferenças somos iguais.*

*É por natureza que não queria que se
chamasse sonho o desejo de mudança.*

Pois já não consigo respirar o cheiro corpulento da violência.

*Ora, por natureza
temos alma de pássaro
e, no entanto, vivemos em gaiolas arranha-céus
e por estas vemos o sol nascer quadrado.*

*São janelas e nelas mil vidas.
Somos arbustos condicionados à sobrevivência.*

Que desenvolvimento!!!

*Penso se por natureza sucumbimos os mangues
extinguindo a maternidade do mar....*

*Até se por ela não temos olhos para ver a agressão
da fome e da miséria.*

*Mas não compreendo o porquê
de transformar tudo em lixo:*

*relações descartáveis
pessoas desprezíveis
velhos inúteis
restos de sentimentos.*

*Mas não acredito
que mesmo estando endurecidos feito pedra
por natureza
podemos fazer brotar em nós lírios.*

RESUMO

DIAZ, Adriana Silveira Ruiz. **O grupo de Mulheres Kunhangué Rembiapó “Trabalho das Mulheres” e a proposta da Economia Solidária.** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.1.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda a Economia Solidária como possibilidade de intervenção profissional frente às situações de exclusão social e desemprego, como adesão a um movimento que desenvolve o protagonismo e a libertação dos sujeitos envolvidos. Apresenta a Economia Solidária como movimento de resistência dos Trabalhadores frente ao Capital e como confluência de outros movimentos sociais na construção de um outro projeto societário. Desta forma, além de trazer elementos conceituais e históricos, a ênfase foi dada à experiência da organização das mulheres na comunidade indígena do Morro dos Cavalos, através do grupo Kunhangué Rembiapó e a participação do(a) Assistente Social na construção e fortalecimento desse processo.

Palavras - chave: trabalho, sustentabilidade, economia solidária, comunidades indígenas, gênero, mulher, protagonismo, Kunhangué Rembiapó, grupos, coletividade e serviço social

LISTA DE SIGLAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidária
ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária.
ASA – Ação Social Arquidiocesana
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAPS – Centro de Apoio Psicossocial
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária
CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
DRTs – Delegacias Regionais do Trabalho
EES – Empreendimentos de Economia Solidária
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
FORTEES – Fortalecendo Experiências de Economia Solidária em Santa Catarina
FSM – Fórum Social Mundial
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITCP's - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PAC's - Projetos Alternativos Comunitário
PNQP - Plano Nacional de Qualificação Profissional
ProEsQs - Programas Especiais de Qualificação
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	12
2.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	16
2.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA.....	24
3. A COMUNIDADE INDÍGENA DO MORRO DOS CAVALOS.....	43
3.1. HISTÓRIA E FORMAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA GUARANI DO MORRO DOS CAVALOS.....	46
3.2. PERFIL DA POPULAÇÃO INTEGRANTE DA COMUNIDADE INDÍGENA GUARANI DO MORRO DOS CAVALOS.....	49
3.3. A ECONOMIA GUARANI – UMA PROPOSTA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	52
3.4. O ARTESANATO COMO A PRINCIPAL FORMA DE SOBREVIVÊNCIA.....	54
4. O PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS GUARANI DO MORRO DOS CAVALOS.....	57
4.1. A EXPERIÊNCIA DO PROJTO FORTEES JUNTO A COMUNIDADE E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	57
4.2. A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS GUARANI DO MORRO DOS CAVALOS NA ÓTICA DA ECONOMIA SOLIDÁIRA.....	64
4.3. O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROTAGONISO DAS MULHERES INDÍGENAS GUARANI DO MORRO DOS CAVALOS.....	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
6. REFERÊNCIA.....	84

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia foi elaborada e escrita com o objetivo de apresentar à comunidade acadêmica e demais interessados no tema, uma outra economia que acontece. A partir de uma experiência vivida pela autora desse trabalho, avaliou-se que sonhar com outro mundo já não existe mais, o sonho vem se concretizando a cada dia através de pequenas iniciativas que lutam para a construção de outra economia, totalmente contrária à atual, chamada Economia Solidária.

Esse trabalho de conclusão de curso é fruto da experiência de estágio realizada na Ação Social Arquidiocesana, junto ao grupo de mulheres indígenas “Kunhangué Rembiapó” do Morro dos Cavalos, Palhoça, SC, através do projeto executado diretamente com a Economia Solidária, chamado Fortalecendo Experiências de Economia Solidária em Santa Catarina. O estágio teve a duração de 2 semestres, sendo 2012/1 e 2012/2 e proporcionou à estudante a experiência de trabalho com grupos recém formados na ótica da Economia Solidária.

Esse movimento econômico vem ocupando espaços importantes tanto em âmbito regional quanto estadual, nacional e mundial, principalmente depois da criação da SENAES, em 2003. Segundo SINGER (informação verbal)¹ alguns países da Europa estão investindo na Economia Solidária como forma de combater a crise capitalista. Acredita-se que a recuperação de empresas falidas por ex-funcionários são alternativas que poderão colaborar para superar a crise.

Assim, apresentar-se-á a história do surgimento dessa economia, a possibilidade de intervenção para o Serviço Social e mostrar-se-á que essa economia é para todos aqueles que também querem viver numa sociedade mais justa, igualitária, fraterna e solidária.

Usá-la como uma possibilidade de intervenção profissional é mais do que fundamental, sobretudo por avaliá-la ser uma alternativa de geração de trabalho e renda, na luta contra o capitalismo, para as comunidades atendidas, mas principalmente, por ser um exercício de desenvolvimento do protagonismo e libertação dos usuários. Para mostrar que isso é real, relatar-se-á a experiência vivida na comunidade indígena do

¹ Informação adquirida numa palestra assistida na Expo Catadores 2012, que aconteceu nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2012 em São Paulo.

Morro dos Cavalos, na qual a economia solidária foi um meio utilizado pela atual cacique para o empoderamento e mobilização feminina e que, aos poucos, as mulheres vem se tornando protagonistas da história econômica, política e social da comunidade.

A partir do sucesso dessa iniciativa, pode-se constatar que o trabalho coletivo, a autogestão, a solidariedade e o empoderamento econômico proporcionado pela Economia Solidária são instrumentos concretos para superar a miséria, além de ser um movimento que caminha em direção de outra economia, a fim de superar o capitalismo.

Portanto, mostrar-se-á meios que o assistente social poderá utilizar para motivar iniciativas como essas, além de suporte teórico que subsidiará essa intervenção. No entanto essa opção exige do profissional uma ação comprometida e esperança de que outra economia é possível, para que as ações não sejam meramente imediatas e assistencialistas.

Para isso o trabalho foi dividido em 3 capítulos. O primeiro – Economia Solidária, fará um resgate histórico da economia solidária no mundo, no Brasil e em Santa Catarina, na qual se compreenderá os principais fatores e atores desse processo.

O segundo capítulo - A comunidade indígena guarani do Morro dos Cavalos retrata brevemente a história da presença dos índios guarani em Santa Catarina e segue dividido em 4 seções: História e formação da comunidade indígena guarani do Morro dos Cavalos; Perfil da população integrante da comunidade indígena guarani do Morro dos Cavalos; A economia guarani – uma proposta de Economia Solidária e O artesanato como a principal forma de sobrevivência.

Para descrever esse capítulo foram coletadas informações no período de estágio da autora nas reuniões do grupo, mas, sobretudo, nas conversas e entrevistas realizadas com a cacique da comunidade Eunice Antunes. Esse capítulo tem como objetivo, também, quebrar determinados paradigmas e preconceitos e compreender melhor a realidade em que vivem.

O terceiro - O protagonismo das mulheres indígenas guarani do Morro dos Cavalos - retratará a experiência vivida pela estagiária, fazendo uma relação com a profissão. Portanto seguem mais três seções: A experiência do projeto FORTEES junto a comunidade e a economia Solidária; A organização das mulheres indígenas guaranis

do Morro dos Cavalos na ótica da Economia Solidária; O papel do Serviço Social junto ao protagonismo das Mulheres indígenas guarani do Morro dos Cavalos.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para dar início a esse trabalho, é importante resgatar a história da Economia Solidária, pois, segundo Singer, num relato feito numa palestra assistida, “a chave do futuro está no passado”. Portanto, far-se-á um resgate da história do capitalismo, as determinações no mundo do trabalho para então compreender o tema estudado.

Paul Singer, no seu livro “O Capitalismo – sua evolução, sua lógica e sua dinâmica” (1987), conta a história do capitalismo no mundo e no Brasil. Nesses termos conta que a economia de mercado anterior ao capitalismo, que sempre existiu, se constituía basicamente na produção doméstica. Os artesãos produziam o básico para a sobrevivência de sua família, enquanto os nobres usavam de seus criados para a produção. O mercado, que possuía um espaço maior nas grandes cidades, comercializava objetos sofisticados e, quando havia mais de um produtor, se uniam em corporações para que não houvesse concorrência. O valor do produto comercializado era o valor de uso e “era comum, mesmo nas grandes cidades, que as famílias criassem galinhas, cultivasse árvores frutíferas e fabricassem, em casa, vestuário, roupa de cama e mesa, conservas etc.”.

O dinheiro não era de grande utilidade e servia apenas para aquisição de produtos de ostentação. A necessidade do dinheiro para o povo era limitada, haja vista que tinham todas suas necessidades básicas garantidas com seu trabalho doméstico. Quando vendiam sua força de trabalho o tempo dado para esse era inferior ao dado nas outras atividades de sua vida, como a produção para o auto consumo e às atividades não econômicas.

No século XVI, com avanços nas grandes navegações e formação do mercado mundial, surge o capitalismo com a transformação da produção manufatureira. Havendo o comércio mundial da prata, ouro, pimenta, açúcar, tecidos de algodão, perfumes, tabacos, pérolas, etc. havia um interesse da produção de grande escala para que alcançasse esse comércio mundial. Dessa forma, na Europa, empresários capitalistas empregaram grande número de artesãos para produção em massa. Para o desenvolvimento desse novo mercado, foi necessário firmar alianças com as monarquias absolutas, enquanto essas pequenas corporações eram apoiadas unicamente pela nobreza local.

Essa aliança proporcionou que fosse manipulada a produção artesanal local, para que triunfasse a economia de um determinado país. No Brasil, por exemplo, assim como um caso parecido na Índia que possuía uma tecelagem de alto padrão, foi proibida

a manufatura de panos e tecidos em 1785, pela Dona Maria I, “a louca”, “para favorecer os mercados portugueses e garantir mercado para o capital manufatureiro britânico”, através do Tratado de Methuen. A proibição na Índia assegurou tanto o mercado europeu quanto o da própria Índia aos tecidos Britânicos. Sucessivas guerras ocorreram no século XVIII, onde a Grã-Bretanha triunfou sobre a França, sua maior rival, o que possibilitou maior desenvolvimento do capitalismo manufatureiro no país triunfante, seguindo da revolução industrial. Foi através do capitalismo manufatureiro que se criou a divisão técnica do trabalho, o que proporcionou a alienação do trabalho e existe até hoje com o capitalismo contemporâneo.

Singer ainda avalia esse processo da seguinte forma:

“De forma geral, o avanço do capitalismo manufatureiro foi lento e desigual, muito dependente do apoio político de que podia dispor e das vicissitudes das lutas entre as diferentes nações européias pelo domínio das vias marítimas e dos mercados coloniais.” (Singer, 1987, p. 15)

E continua:

“[...]Na Inglaterra[...], grande parte dos trabalhadores é expulsa da terra e, na medida em que consegue alienar sua força de trabalho ao capital manufatureiro, passa a adquirir sua comida no mercado. Surge assim um mercado de bens para assalariados como corolário do surgimento de uma classe de proletários puros, totalmente dependentes do mercado para sua subsistência.” (Singer, 1987, p. 15)

No século XVIII, com a Revolução Industrial, a economia de mercado capitalista ganha impulso, evoluindo de manufatureira para ser regido pelas máquinas, sendo conhecido como capitalismo industrial. Nesse período os produtores passam a ser substituídos pelas máquinas, na qual, como operários, passam a ser apenas “serventes de um mecanismo”. As máquinas já vem com força e velocidade com a qual o operário jamais alcançaria, superando os limites físicos de um ser humano e tornando o custo de produção reduzido para o capital.

Ao contrário do capitalismo manufatureiro, o industrial se inspira pelo liberalismo, que vem a tona no século XVIII com as duas revoluções ocorridas na Europa nesse período, a Industrial e a Francesa. Nesse modelo de mercado o capitalismo conta com a livre concorrência e sem a interferência do estado, pois consegue vencer a concorrência “pela superioridade produtiva” sem a proteção estatal.

A própria burguesia, que se torna cada vez mais rica, vê no estado “uma rival na disputa pelo excedente”.

A partir de então a economia capitalista passa a dominar a economia de mercado e se desenvolve cada vez mais a medida que financiam pesquisas científicas, que passam a predominar os estudos de interesse do capital. “A astronomia era o ramo da ciência física de maior prestígio, porque a segurança da navegação dependia do conhecimento astronômico e o sucesso do comércio marítimo dependia da segurança da navegação” (Singer, 1987).

Com a dominação da produção maquinária em grande escala, através de grandes redes de comércio, atacado, serviços e de baixo custo, pensava-se que logo extinguiria a produção de pequena escala. No entanto percebe-se um engano nessa afirmação, tendo em vista que ainda há muitas empresas de pequeno porte, que hoje ainda recebe bastante incentivo e proteção do estado. Como é o caso dos micro-empresendedores e pequenas e médias empresas, que são privilegiados com créditos a juros baixos, assistência técnica e isenções fiscais.

Singer ainda reflete sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e da introdução da economia capitalista no meio doméstico:

“A oferta de novos produtos suscita novas necessidades, cuja satisfação requer a elevação da renda familiar. O assalariamento da dona de casa resolve frequentemente este problema, mas não deixa de suscitar outros, particularmente o de aliviar o peso das tarefas domésticas. Mas para estes o capital apresenta também soluções, sob a forma de mais bens e serviços postos a venda” (Singer, 1987, p. 25).

Dessa forma pode-se concluir que cada vez mais o capital vem se inserindo no dia a dia das pessoas, resumindo seu cotidiano na venda da sua força de trabalho, o que tem regido as relações sociais dos últimos séculos.

Portanto é necessário compreender melhor as correlações de forças que existem no capitalismo. O produtor simples é dono de seus meios de produção, que os utiliza para ganhar a vida. Este não ambiciona a acumulação do capital, produz e vende com o valor suficiente para dar conta da sua vida e de sua família. O capitalista vive numa lógica diferente. Ele foca num produto ou serviço que gera lucro, compra os meios e produção, contrata as forças de trabalho, que produz riqueza necessária para o

capitalista através do seu serviço, para que pague os custos advindos da estrutura básica, o salário do funcionário, o seu e o lucro. Seu objetivo é lucrar cada vez mais, ou seja, acumular capital.

Segundo Cattani (2003, p. 09), “a economia capitalista precisa ser superada. Sob todos os aspectos, ela é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre, não correspondendo mais às potencialidades do tempo presente.” O mesmo autor elenca três gravíssimos problemas gerados pelo capitalismo: 1º - Com o objetivo de acumular cada vez mais, o capitalismo vem disciplinando a criatividade humana em processos de trabalho e resulta na esfoliação e alienação do trabalhador; 2º - Como consequência do objetivo de acumulação vem a agravação das desigualdades sociais; 3º - a exploração das riquezas naturais de forma predatória e a expansão industrial que comprometeram o equilíbrio ecológico, causando catástrofes no mundo inteiro e comprometendo a vida no planeta.

Considerando o problema elencado, José Paulo Netto (2007) afirma que se engana quem pensa que com o desenvolvimento econômico as desigualdades sociais tendem a diminuir. Portanto, com todo esse processo de evolução capitalista as condições de trabalho foram se depreciando, as desigualdades e exclusão social foram se intensificando e o desemprego se estruturando. A vida é regida pela venda da força de trabalho, tornando-se valor moral nas relações sociais e determinando as condições de vida das pessoas. As mulheres e crianças foram substituindo o trabalho masculino, sendo discriminados pelo salário e causando um grande aumento na mortalidade infantil, até que os movimentos sociais conquistaram junto ao estado direitos trabalhistas, que até hoje ainda há muito que se garantir.

Para contrapor essas condições impostas pelo capital, na Inglaterra no século XIX, os trabalhadores começaram a pensar em outro tipo de economia, unindo-se em sindicatos e cooperativas, exercitando uma nova organização produtiva com igualdade, solidariedade e autogestão.

Analisados sob perspectivas holísticas ou microssociais ou avaliados em termos materiais ou espirituais, os resultados de mais de duzentos anos de domínio do modo de produção capitalista apontam para a necessidade de construir uma outra economia para atender às demandas de uma sociedade mais exigente, técnica e intelectualmente mais qualificada. (Cattani, 2003, p. 10)

Segundo Paul Singer (2003) neste momento nascem as primeiras experiências de Economia Solidária, sendo esta um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. É um dos resultados da luta dos trabalhadores contra o modelo capitalista que se encontra, que precariza as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. O taylorismo, Fordismo e Toyotismo foram formas de organização do trabalho que acentuaram agudamente a insatisfação do trabalhador, construindo relações na qual são marcadas pela longa jornada de trabalho, baixos salários, instabilidade e insegurança. A criação de um exército (industrial) de reserva rege a pressão entre empregador e empregado, forçando com que as condições de trabalho sejam aceitas.

Em contrapartida a esse modo de produção existe um movimento que busca e acredita numa outra economia, que é regida pela coletividade, autogestão, solidariedade e sustentabilidade. A economia solidária existe desde as primeiras comunidades humanas, nas primeiras organizações econômicas da história, porém não havia uma nomenclatura para defini-la. Sabe-se também que há primeiras experiências, como contraponto ao capitalismo, ainda no século XIX com a recuperação de fábricas falidas por parte dos trabalhadores organizando as primeiras cooperativas de produção. Construindo, assim, novas organizações da economia, centrada na solidariedade, autogestão, valorização do ser humano e do meio ambiente.

Para melhor conceituar a Economia Solidária e diferenciá-la do capitalismo segue a figura a seguir.

Sistema Capitalista	Economia Solidária
Utiliza-se o “eu”	Utiliza-se o “nós”
Tudo pelo lucro e a propriedade	Tudo pela vida
Esperteza, egoísmo, individualismo	Solidariedade, fraternidade
Competição e concorrência - eliminar pessoas ou grupos	Cooperação - acolher e agregar pessoas ou grupos
Trabalho humano é mercadoria	Trabalho humano é construtor de vida
Acumulação de riqueza, propriedade privada	Partilha de bens, propriedade coletiva
Natureza é mercadoria e precisa ser explorada	Natureza é vida e precisa ser cuidada.
Hierarquia	Autogestão
Patriarcado	Homem e mulher participam em igualdade

Figura 1- Fonte: Outro consumo é possível, CEFURIA, 2009.

Através de tais diferenças, analisa-se a existência de condições de construção de cidadania, autonomia e protagonismo dos sujeitos envolvidos. A autogestão liberta o sujeito da sua condição de subalternidade, fazendo-o enxergar seu papel na sociedade, somando-se com a solidariedade, igualdade e coletividade.

Os antecedentes da economia solidária são as cooperativas de consumo e de produção. Uma das mais importantes, a cooperativa “Pioneiros Equitativos de Rochadele”, de 1844, na Inglaterra, era uma experiência de cooperativa de consumo e aplicação de poupança, que dividiam trimestralmente o excedente entre os sócios. Ela é considerada a “mãe das cooperativas”, pois seus princípios referenciaram o trabalho de inúmeras outras que vieram depois.

Houve uma reestruturação dos princípios de Rochadele no início do século XX, quando o proletariado foi incluído política e socialmente na sociedade capitalista, embora seu bem-estar continuasse ameaçado pelo desemprego. Dessa forma os trabalhadores se reconciliaram com o assalariamento e perderam seu entusiasmo pela autogestão.

Justifica-se essa reconciliação com o assalariamento através da política do pleno emprego que reinou durante os 30 anos dourados. Essa reconciliação foi resultado de fatos históricos importantes, o “Welfare State” e a propagação do Socialismo da União Soviética. Esta afrontou o capital e fez com que, por medo, fortalecessem a política do Pleno Emprego. A Segunda Guerra Mundial, a crise de 1929 e diversas mudanças do modelo capitalista que ocorreu nesse período, como a transição para o neoliberalismo, onde se apostou na participação, aumento da escolaridade e maiores exigências, foram justificativas para a “revivência da economia solidária”.

“Esta revivência significa, sobretudo, a volta aos princípios, a valorização da democracia e da igualdade no campo da produção, distribuição e intermediação financeira. Já que parcela cada vez maior está excluída do emprego assalariado regular e, portanto, da cidadania operária, há mais de duas décadas, os seus componentes não têm porque continuar colocando suas esperanças numa restauração do pleno emprego e dos direitos sociais, que seus pais haviam conquistado” (Singer, 2003, pg. 123).

Após o fim do cooperativismo ideal, a primeira data que se registra a revivência da economia solidária é 1956, onde o Padre José Maria Arizmendiarrreta

fundou a primeira cooperativa de produção, na Espanha, onde se vivenciava novamente princípios da autogestão que, segundo Singer, “tornou-se rapidamente uma das maiores empresas do país”.

2.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária no Brasil teve início na década de 80, a partir de reações dos trabalhadores contra a crise do desemprego em massa, que tem início em 1981, dando ênfase na década de 90². Ainda nesta década, quando houve grande avanço na organização de cooperativas a partir de empresas falidas e com o apoio dos assessores sindicais, houve a fundação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag)³.

A Anteag foi constituída oficialmente em maio de 1994, no seu 1º Encontro Nacional, por trabalhadores de empresas autogestionárias. Ela surge como uma associação civil, sem fins lucrativos que congrega associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão. (Nakano, 2000, p. 66)

Inicialmente, a proposta de autogestão foi bastante difícil de ser implementada, por haver desconfiança de sua viabilidade. Houve um processo de convencimento dos proprietários falidos a passarem os meios de produção para os trabalhadores e vice versa, tendo que convencê-los de que é uma alternativa viável. Até então não havia outras experiências que pudessem auxiliar essa forma de gestão de empresas, resultando na criação da Anteag, em 1994.

Essa associação foi criada com o objetivo de elaborar uma metodologia, na qual orientasse a assessoria e qualificação dos trabalhadores para a gestão coletiva. A

² Nesse período, com a chegada do neoliberalismo no Brasil, fortalecem-se as empresas multinacionais, fazendo com que as iniciativas de comércio local entrem em estado de falência, o que aumenta ainda mais o desemprego já existente no país. Na mesma década, mesmo com o desemprego, registra-se a diminuição da renda dos trabalhadores e muitos se tornaram informais. As privatizações e o estado mínimo para a população, que vieram junto com o neoliberalismo, impediram que as recentes conquistas da constituição federal no final da década de 80 fossem garantidas legalmente. Em compensação o estado é máximo para o capital, protegendo cada vez mais as grandes empresas e diminuindo os direitos trabalhistas. As evoluções tecnológicas, em parceria com a dominação da classe dominante a da alienação do trabalho enfraqueceram e fragmentaram os movimentos sociais, criando um jeito de ser e se relacionar individualista e ilusória.

³ Souza, André Ricardo de. (2000). Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: P. Singer, & A. R. Souza, *A Economia Solidária no Brasil - a autogestão como resposta ao desemprego*. (p. 7-10). São Paulo: Contexto.

partir de então se buscaram formas de qualificar sua gestão através de empresas internacionais que tinham a experiência na participação da distribuição dos lucros, porém ainda sim não eram autogestionárias.

“A autogestão é um sistema cujo bom funcionamento está intimamente ligado qualitativamente e quantitativamente à participação do trabalhador. Isso implica em uma mudança na cultura de produção e de gestão da empresa, e, necessariamente, em uma mudança cultural de cada trabalhador. A Anteag, com isso, já surge tendo como atividade prioritária **educar para a autogestão**. Partindo de uma concepção de que a forma **como** se educa está diretamente ligada aos resultados que se atinge, a Anteag busca adotar a autogestão em todos os seus espaços desde a definição das assessorias até a construção de sua metodologia de qualificação.” (ANTEAG, 2007, p. 12)

Em 1997 a Anteag elaborou seus *cadernos de formação do trabalhador*, com a participação direta dos associados nessa construção, o que resultou em cadernos com as reais demandas e aspectos centrais para a autogestão de empresas falidas. Para ainda dar conta dessas demandas, principalmente por se tratar de trabalhadores sem experiência gerencial, foram desenvolvidos os MBAs (Master in Business Administration), primeiro convênio com o Ministério do Trabalho para o desenvolvimento de atividades de qualificação profissional, que em parceria com as universidades forneceram diversos cursos aos trabalhadores de empresas de autogestão.

Esse convênio com o Ministério do Trabalho foi através da PNQP (Plano Nacional de Qualificação Profissional), no âmbito da SEFOR, como uma primeira experiência de investimento público em qualificação dos gestores nas Empresas de Autogestão, que durou até 1999. Em 2003 esse Plano foi reformulado, agora criando Programas Especiais de Qualificação (ProEsQs), que proporcionou à Anteag, juntamente com outras entidades atuantes no cenário nacional da economia solidária, o desenvolvimento de uma metodologia de Autogestão e Economia Solidária, concluindo na publicação “Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia”. Foi elaborado um quadro de demandas e construído propostas de como superá-las. Esse quadro subsidiou a segunda edição do ProEsQ, em 2004 “que viabilizou o desenvolvimento de bases mais sólidas para uma metodologia de autogestão e Economia Solidária.”. (ANTEAG, 2007, p. 14)

Uma primeira experiência citada no livro de convênios firmados em âmbitos estaduais foi no Rio Grande do Sul, em 1999, quando a ANTEAG ampliou sua atuação

para assessoria de empreendimentos populares autogestionados, que não se originaram de empresas falidas.

Os temas abordados nas formações com os gestores de empresas autogestionadas eram, dentre outros, “Qualidade e Tecnologia” (análises de mercado, estudo, monitoramento e melhoria de processos, conscientização da importância da qualidade e tecnologia, estratégias de desenvolvimento tecnológico, etc), “Meio Ambiente e Saúde no Trabalho” (conscientização em relação a saúde e meio ambiente, desenvolvimento de tecnologias limpas, agroecologia, segurança e qualidade de vida), “Jurídico” (marco legal, legislação trabalhista, falência e tributária, obrigações legais de cooperativas e cooperados, adequação ao estatuto e regimento interno, participação nas assembleias e reuniões, etc), “Gestão e Viabilidade” (administração econômica e planejamento estratégico), “Elaboração de Projetos de Financiamento” (cooperativas de crédito, acessibilidade a crédito, linhas de crédito, requisitos e finalidades e planejamento para acesso a crédito), “Redes” (central de negócios, cadeias produtivas, experiências práticas de diferentes tipos e diferentes regiões, modelo jurídico de redes, transferência tecnológica e rede de autogestão) e “Relações Interpessoais” (conscientização para a importância da compreensão das características individuais, as diferenças de cada um, desenvolvimento de equipes e gestão de conflitos, comunicação interna e externa, liderança participativa e conscientização da importância das questões de gênero e etnia nas relações de trabalho).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) também se une ao movimento da Economia Solidária, já que compactuam com uma mesma luta e se organizam economicamente de forma autogestionária para viabilizar as ações do movimento, contando com uma escola de formação de técnicos em cooperativismo.

Além de mobilizar trabalhadores em prol da reforma agrária, e educar seus adeptos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vem organizando cooperativas em áreas de assentamento. As primeiras cooperativas de produção agropecuárias (CPA) foram formadas em 1989. Além dessas, há também cooperativas de crédito e de prestação de serviços no âmbito do movimento. (Souza, 2000, p. 8)

Também se registra uma forte atuação das entidades de apoio e fomento na caminhada do movimento de economia solidária, dando destaque às ITCP's e a Cáritas Brasileira. As ITCP's são Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que

pertencem às universidades e oferecem apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política, assim como fazem as entidades de apoio.

A Cáritas Brasileira é um órgão do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que exerce forte atuação na economia solidária, dando início à sua atuação através dos Projetos Alternativos Comunitário (PAC's), que financiavam e forneciam acompanhamento a empreendimentos de economia solidária já há 30 anos. Para completar, Paul Singer explica:

“No Brasil, onde este movimento [da economia solidária] já atingiu dimensões encorajadoras, uma profusão de novas entidades foi literalmente inventada nos últimos cinco a dez anos. Sem descer a minúsculas podemos arrolar órgãos ligados à igreja como a Cáritas e a Fase, movimentos pela reforma agrária como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), agências formadas pelo movimento sindical urbano como a Associação dos Trabalhadores de Autogestão (ANTEAG) e a Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS), formada pela CUT, além das Universidades.” (Singer, 2003, p. 124)

A Cáritas Brasileira esteve presente no processo de articulação da economia solidária junto a diversos movimentos sociais e entidades de apoio e essa articulação resultou no I Fórum Social Mundial, como afirma Zanfra, “A confluência desses movimentos em torno da proposta de radicalização da democracia, afirmando que é possível ter unidade na diversidade, foi o eixo essencial para o encontro no I Fórum Social Mundial - I FSM” (ZANFRA, 2007, p. 46), que foi fundamental para a organização da economia solidária em rede, resultando no Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

O Fórum citado anteriormente aconteceu nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001⁴, em Porto Alegre, com o tema “Um Outro Mundo Possível”. A partir da oficina que ocorreu no Fórum “Economia Popular Solidária e Autogestão” foi constituído o GT Brasileiro de Economia Solidária.

Nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002 ocorreu a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, na qual a principal deliberação foi a aprovação da Carta ao

⁴ O Fórum Social Mundial aconteceu no Brasil, em Porto Alegre, até 2005. Hoje acontece anualmente, porém com rodízio de países e continentes pelo mundo.

Governo Lula intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, que reivindicava a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

No ano seguinte aconteceu a II Plenária Brasileira de Economia Solidária, que foi durante o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, na qual legitimou o GT Brasileiro como promotor do processo de mobilização da Economia Solidária. No mesmo ano, porém em junho, ocorreu a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, com a participação de, aproximadamente, 900 pessoas, que denominou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, substituindo o GT Brasileiro. Nesse mesmo momento o Fórum Brasileiro definiu sua composição e funcionamento, definiu a função de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da “Carta de Princípios” e da “Plataforma da Economia Solidária”.

A partir de então a Economia Solidária obteve avanços significativos na organização de redes, dos fóruns estaduais e dos fóruns municipais e regionais. E como resultado dessa articulação, entre os dias 13 e 15 de agosto aconteceu, em Brasília, o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária e contou com a participação de 2500 trabalhadores. Em 24 de junho de 2003 houve a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária e em 21 de junho de 2006, através do decreto 5.811 houve a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária. Com a criação da SENAES o movimento conseguiu ser mais conhecido pelo Brasil, embora até hoje esse seja um dos principais desafios, conquistou espaço nas pautas de discussões de políticas públicas e passou a ser um forte ator na construção da história do país.

No mesmo ano houve a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília. A conferência resultou no “Anais da I CONAES”, documento que serve de referência para as reivindicações, implementação e formato de políticas públicas. Nesse mesmo momento se discutiu as resoluções voltadas à participação do CNES.

Com o passar do tempo a economia solidária só foi se expandindo e criando cada vez mais cooperativas e associações, como prova de que a economia solidária vai ganhando visibilidade e credibilidade, tornando uma forma viável e humana de fazer economia. Souza (2000) afirma que a economia solidária “está em evidente expansão e

é extremamente promissor, sobretudo no que se refere a *mudanças de qualidade das condições e relações de trabalho.*”

Embora seja uma alternativa viável, justifica-se que, por precisar de preparo e gestão, essa organização não era usual entre os desempregados pela desvalorização do trabalho artesanal e da grande oferta. Isso ainda é notável hoje, quando se percebe experiências de pequenos empreendimentos, que tem concorrência com grandes empresas, devendo diminuir o preço, em contrapartida seu custo é maior fazendo com que não se consiga gerar renda suficiente para o sustento da família. Nesses casos a maioria dos membros aceita, sempre que possível, empregos de carteira assinada, voltando a vender sua força de trabalho para o capitalismo, por fornecer, aparentemente, mais segurança e estabilidade.

Por isso consideram-se duas tendências prováveis para os empreendimentos:

“1. A maioria das cooperativas sobrevive por anos, apesar da extrema debilidade do que chamamos bases de sustentação; 2. A maioria das cooperativas ainda depende muito do apoio das entidades que as gestaram e continuam as acompanhando.” (Singer, 2000)

Para superar essas duas tendências se aposta fortemente na formação para que os empreendimentos sejam autônomos, competentes, estruturados, planejados, dentre outros, sendo essa ação o foco de várias entidades e projetos sociais pelo Brasil. Os EES – Empreendimentos de Economia Solidária – são carentes de preparação técnica e estudo para viabilizar os seus negócios, sendo habilitados apenas na produção e/ou prestação do serviço oferecido. A gestão é um tema pertinente que deve ser assunto de formação.

“Cresce a compreensão de que a construção da competência de empreendimentos se dá por um processo de aprendizagem, que envolve membros das cooperativas e das entidades de apoio. Multiplicam-se cursos e seminários, nos quais as universidades com ITCP desempenham papel crucial.” (Singer, 2000)

Mesmo com essas fragilidades afirma-se que quem vive a economia solidária e compreende que é possível viver numa economia que não há patrão e exploração, recebe como recompensa o exercício de um papel de cidadania, de decidir sobre seu negócio, gozando dos direitos iguais a todos, onde suas opiniões são respeitadas e pesam no destino coletivo, exercício jamais vivido dentro de uma empresa capitalista e numa sociedade discriminatória.

2.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA

A partir da Jornada Catarinense de Economia Solidária, que aconteceu em maio de 2000, em Florianópolis, surgiu o GT Catarinense de economia solidária, na qual teve a função de articular a Economia Solidária em Santa Catarina. As cidades que iniciaram o GT eram consideradas “cidades-referências” em Economia Solidária, sendo elas Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages. Desde então o GT organizou diversos eventos⁵, dentre eles feiras, Encontro Estadual e Seminário de Políticas Públicas.

Em 2005 o GT Catarinense deu lugar ao Fórum Catarinense de Economia Solidária. Neste havia a representação de 4 representantes de cada região, sendo 2 empreendimentos de economia solidária, 1 entidade de apoio e fomento e 1 gestor público. Para melhor organização, o Fórum Catarinense foi dividido em GTs temáticos, sendo eles “Gestão e Organização”, “Políticas Públicas”, “Captação de Recursos”, “Comunicação” e “Formação”.

Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES, o Fórum Catarinense de Economia Solidária realizou outros eventos com o objetivo de fortalecer a articulação, comercialização e organização do movimento de economia solidária através de feiras, Encontro Regional, Conferências, Plenárias, Mapeamento, etc.

A parceria com o MTE/SENAES resultou em 3 centros públicos (Blumenau, Itajaí e Chapecó), no Projeto de Desenvolvimento Local e Economia Solidária, no Projeto de Apoio a Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão (pela ANTEAG), o Projeto Fortalecendo a Rede Catarinense de Economia Solidária, na qual a Ação Social Arquidiocesana foi a proponente e o Mapeamento.

O primeiro Mapeamento aconteceu de junho de 2004 ao segundo semestre de 2005 em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Nesse identificou-se o perfil dos empreendimentos de SC na época. Foi a partir desse mapeamento que gerou a equipe gestora estadual composta pelos DRTs – Delegacias Regionais do Trabalho, Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Cáritas Regional SC (CNBB), Ação Social Arquidiocesana (ASA), Agência de Desenvolvimento Social

⁵ A partir de 2003 as atividades do GT Catarinense aconteceram com a parceria da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

(ADS)/Central Única dos Trabalhadores (CUT), Universidade Federal de Santa Catarina e equipe de pesquisa. Essa equipe de pesquisa era composta por 2 pessoas por estado contratadas temporariamente. Foi realizado em 3 fases, sendo a primeira de identificação e listagem de Empreendimentos de Economia Solidária e Entidades de Apoio e Fomento, na qual a executora foi a DRT de SC, a segunda de aplicação de questionário com visitas aos empreendimentos e a executora foi a FURB e a terceira, em 2007, foi o Seminário de divulgação do mapeamento em Empreendimentos de Santa Catarina, que ocorreu em Curitiba.

O resultado foi o “Atlas da Economia Solidária no Brasil”, que foi exposto na I Mostra da Cultura de Economia Solidária, em São Paulo no ano de 2006. Foi um espaço nacional que contou com a exposição de empreendimentos de diversos estados, inclusive de Santa Catarina. Responderam o questionário apenas empreendimentos que se encaixavam no critério estabelecido pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária de como deve ser a organização do empreendimento para que ele seja considerado de economia solidária:

“Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA)

Para então analisar a realidade da Economia Solidária em Santa Catarina, foi exposto o resultado de alguns aspectos relevantes do primeiro Mapeamento, encontrado no Atlas da Economia Solidária⁶.

- Número de empreendimentos mapeados⁷:

⁶ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE, Atlas da Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html> Data de acesso: 18/12/2012

Quantidade segundo Mesoregião SC
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	691
4201 Oeste SC	320
4202 Norte SC	102
4203 Serrana	42
4204 Vale do Itajaí	91
4205 Florianópolis	71
4206 Sul SC	64
4299 Fora da UF - SC	1

Figura 2 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

O mapeamento não garante expressar o número exato de empreendimentos que realmente existem. Sabe-se que muitos ainda não são de alcance das entidades e, provavelmente, nem se sabe que existem. No entanto, foram mapeados 691 empreendimentos em Santa Catarina, sendo desses, um pouco menos de 162 na região da Arquidiocese de Florianópolis, que se inclui a mesoregião de Florianópolis e uma parte do Vale do Itajaí.

Percebe-se que o maior número de empreendimentos está localizado no Oeste de Santa Catarina, onde também há maior mobilização dos mesmos, seguindo do Norte e Vale do Itajaí, respectivamente.

- Formas de organização dos empreendimentos:

Em relação à forma de organização dos empreendimentos, o que implica saber se estão organizados em forma de associação, cooperativa, grupo informal ou outras formas desconhecidas, a fim de conhecer que tipo ou se há suporte legal para protegê-los, percebe-se que 47% são em forma de associação, 29% são cooperativas e 20% grupo informal.

A diferença entre cada forma de organização relacionada a cima é a natureza jurídica, ou seja:

Associação: é uma organização que têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas. Qualquer que seja o tipo de associação ou seu objetivo pode-se dizer que a associação é uma forma de legalizar a união de pessoas em torno de interesses coletivos,

⁷ Refere-se aos empreendimentos mapeados em Santa Catarina identificados por Mesoregião.

assim, terão maiores e melhores condições para realizar seus objetivos do que se estivessem sozinhas. Pela facilidade legal, muitos empreendimentos utilizam esta forma. (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL SC, 2011, p. 19-20)

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Associação
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	326
4201 Oeste SC	153
4202 Norte SC	59
4203 Serrana	12
4204 Vale do Itajaí	46
4205 Florianópolis	29
4206 Sul SC	27

Figura 3 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Cooperativa: é uma sociedade de pessoas, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerenciada de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns. Têm finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar um negócio produtivo de seus associados junto ao mercado, e retirar dele o próprio sustento. A cooperativa precisa ter no mínimo 20 sócios de acordo com a lei atual. (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL SC, 2011, p. 19-20)

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Cooperativa
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	202
4201 Oeste SC	100
4202 Norte SC	20
4203 Serrana	18
4204 Vale do Itajaí	24
4205 Florianópolis	17
4206 Sul SC	22
4299 Fora da UF - SC	1

Figura 4 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Grupo informal: é um grupo de pessoas e que unem para trabalhar juntos/as para o exercício de uma atividade econômica. Os/as integrantes podem ser remunerados pelo trabalho desenvolvido, a partir de regras simples, a partir de uma ata ou regimento interno. Esta pode ser uma fase inicial para grupos de economia solidária, mas à medida que o grupo se firma será necessário uma formalização maior para adequar-se a legislação e não sofrer penalizações. (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL SC, 2011, p. 19-20)

A partir dessa citação, entende-se porque a maioria dos empreendimentos está organizada como associação. Não muito diferente da realidade estudada, analisa-se que os grupos não tem recursos humanos (número de pessoas no empreendimento) para poder se registrar enquanto cooperativa. Em contrapartida não há outra possibilidade que se encaixe na realidade da Economia Solidária. Muitos se organizam em associação para poderem se organizar legalmente e ter um CNPJ.

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Grupo Informal
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	143
4201 Oeste SC	58
4202 Norte SC	23
4203 Serrana	12
4204 Vale do Itajaí	15
4205 Florianópolis	21
4206 Sul SC	14

Figura 5 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Nessa primeira análise também se pode entender o motivo de uma das principais lutas do movimento de economia solidária, a criação da Lei da Economia Solidária que reconhece, legaliza e incentiva tributariamente as iniciativas nos critérios estabelecidos pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Em alguns municípios já existe essa lei, como é o caso de Itajaí, Joinville e Blumenau, na qual contribui, também, para a criação de um espaço físico, público e coletivo para a comercialização dos produtos da economia solidária.

- Pessoas envolvidas nos empreendimentos

Para os 691 empreendimentos mapeados, foram identificadas 127.686 pessoas que fazem parte desses empreendimentos, sendo que destes 66% são do Oeste, 20 % do Norte, 2,5% da Serra, 2,7% do Vale do Itajaí, 4% de Florianópolis e 3,5% do Sul. 69% são homens e 31% são mulheres. Essa porcentagem altera se analisado por região, sendo que na região de Florianópolis a média é de 55% de homem e 45% mulheres, expressando uma diferença relativamente inferior à média geral.

Total de participante segundo Mesoregião SC
Período: 2007

Mesoregião SC	Total de participante
TOTAL	127.686
4201 Oeste SC	84.564
4202 Norte SC	26.787
4203 Serrana	3.147
4204 Vale do Itajaí	3.495
4205 Florianópolis	5.136
4206 Sul SC	4.515
4299 Fora da UF - SC	42

Figura 6 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

A média de gênero dos empreendimentos mapeados e dos acompanhados para realização desse trabalho é oposta, na qual 99% são mulheres e apenas 1% dos participantes dos grupos acompanhados são homens. Outros autores mais atuais ressaltam a forte participação feminina na Economia Solidária. Embora o mapeamento mostre uma presença majoritária masculina, até Paul Singer se surpreende, pois as experiências demonstram o contrário. No entanto acredita-se, pelo menos no campo, que a mulher é “escondida”, pois ao fazer uma entrevista quem se apresenta é o homem, por ser o chefe da família.

Participantes Homens segundo Mesoregião SC
Período: 2007

Mesoregião SC	Participantes Homens
TOTAL	87.813
4201 Oeste SC	55.950
4202 Norte SC	20.777
4203 Serrana	1.915
4204 Vale do Itajaí	2.509
4205 Florianópolis	2.858
4206 Sul SC	3.783
4299 Fora da UF - SC	21

Figura 7 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Ainda é notável o número expressivo de pessoas no Oeste de Santa Catarina, acompanhando o número de empreendimentos, registrando 66% das pessoas dos empreendimentos mapeados.

Participantes Mulheres segundo Mesoregião SC
Período: 2007

Mesoregião SC	Participantes Mulheres
TOTAL	39.873
4201 Oeste SC	28.614
4202 Norte SC	6.010
4203 Serrana	1.232
4204 Vale do Itajaí	986
4205 Florianópolis	2.278
4206 Sul SC	732
4299 Fora da UF - SC	21

Figura 8 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

- Empreendimentos inseridos em redes:

EES em Rede segundo Mesoregião SC
Período: 2007

Mesoregião SC	EES em Rede
TOTAL	377
4201 Oeste SC	159
4202 Norte SC	51
4203 Serrana	22
4204 Vale do Itajaí	58
4205 Florianópolis	51
4206 Sul SC	35
4299 Fora da UF - SC	1

Figura 9 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

EES inseridos em rede significa estar articulados num movimento que une os empreendimentos a fim de partilharem dificuldades, conquistas e planejarem lutas em conjunto. Como exemplo de rede em Santa Catarina podemos citar a rede EcoVida, que une empreendimentos agroecológicos e semelhantes e proporciona momentos de estudo, debates, lutas, comercialização, etc.

Quando falamos em rede solidária, estamos nos referindo a pessoas e grupos de trabalho, que se unem entrelaçando afetos, práticas, experiências, lutas. A economia solidária cresce a cada dia, sob forma de redes. Laços são construídos, ligando grupos, experiências e pessoas que acreditam e praticam os valores da solidariedade, autogestão, partilha, cooperação, trabalho coletivo. Ao consumirmos bens e serviços das Redes Solidárias, os grupos vendem toda a produção e aumenta o excedente para o reinvestimento coletivo na criação de outros grupos solidários. Desta forma, amplia-se a autonomia das redes frente aos mercados capitalistas, gerando novos postos de trabalho com distribuição e renda. (CEFURIA, 2009, p. 61)

Sendo assim, 377 empreendimentos, ou seja, 54% dos empreendimentos mapeados fazem parte de uma rede. Esse é um número muito bom, pois reflete mais da metade dos mapeados. No entanto há 46% que não fazem parte de nenhuma rede, o que torna uma margem preocupante para os grupos e para a economia solidária. Há ainda os EES que nem se quer foram mapeados e que, provavelmente, também não fazem parte.

Considerando o trabalho em rede como um meio principal para construção de outra economia, Mance (2003) explica:

A noção de rede e colaboração solidária, como categoria analítica, resulta da reflexão sobre práticas de atores sociais contemporâneos, compreendida desde a teoria da complexidade e da filosofia da libertação. Enquanto categoria estratégica, é elemento central da chamada revolução das redes, na qual ações de caráter econômico, político e cultural se realimentam, subvertendo padrões e processos hegemônicos mantenedores do capitalismo avançando para a construção de uma globalização solidária. (Mance, 2003, p. 220)

- Motivo de criação dos Empreendimentos

O Atlas da Economia Solidária elencou possíveis motivos que levaram os empreendimentos a se organizarem enquanto EES, sendo estes, alternativa ao desemprego, obter maior ganho, complementar a renda, trabalho associado, acesso a financiamentos e recuperação de empresa.

Quantidade segundo Mesoregião SC
Motivos : Obter maior ganho
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	152
4201 Oeste SC	60
4202 Norte SC	31
4203 Serrana	6
4204 Vale do Itajaí	22
4205 Florianópolis	14
4206 Sul SC	19

Figura 10 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Analisa-se que obter maior ganho foi o que mais motivou a criação de empreendimentos de economia solidária em Santa Catarina e a alternativa ao desemprego em Florianópolis.

Quantidade segundo Mesoregião SC
 Motivos : Alternativa ao desemprego
 Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	93
4201 Oeste SC	22
4202 Norte SC	15
4203 Serrana	7
4204 Vale do Itajaí	18
4205 Florianópolis	19
4206 Sul SC	12

Figura 11 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Avalia-se esse resultado pela diferença de realidades que existe entre litoral e oeste catarinense, na qual o desemprego desempenha uma estatística importante na realidade da grande Florianópolis criada pela dependência que há nessa região pela venda da mão de obra ao mercado de trabalho. Nas outras regiões, principalmente nas regiões de agricultura, a exploração, desvalorização e uso de agrotóxicos é uma violência contra o trabalhador. A agricultura familiar também sofre a violência e a interferência o agronegócio, porém a ausência de políticas públicas de permanência dessas pessoas ao campo e de valorização da agricultura faz com que a renda desses agricultores seja insuficiente. Por esses e outros fatores que leva a pesquisa detectar que o que mais os motiva a se unir em redes solidárias, ao movimento da economia solidária e em grupos é obter maior renda.

Segundo o professor Bernardo Mançano Fernandes, da Universidade do Estado de São Paulo, UNESP, “o agronegócio é um novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias.” O agronegócio mudou o enfoque dos problemas gerados pelo latifúndio. Enquanto “o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. Ampliou o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais”. (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2004, p. 106)

Quantidade segundo Mesoregião SC
 Motivos : Complementar a renda
 Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	103
4201 Oeste SC	38
4202 Norte SC	19
4203 Serrana	5
4204 Vale do Itajaí	20
4205 Florianópolis	13
4206 Sul SC	8
4299 Fora da UF - SC	-

Figura 12 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Esses fatores não excluem a situação de desemprego dessas regiões, pois não se pode desconsiderar as grandes cidades que se criaram nessas regiões e o comércio que há nas pequenas cidades. Existe pessoas que também optam por outras profissões, que os coloca em condições de empregado ou desempregado. No entanto, faz-se essa análise pela proporção que há nas regiões.

Quantidade segundo Mesoregião SC
 Motivos : Trabalho associado
 Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	66
4201 Oeste SC	33
4202 Norte SC	7
4203 Serrana	5
4204 Vale do Itajaí	7
4205 Florianópolis	5
4206 Sul SC	9
4299 Fora da UF - SC	-

Figura 13 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Por fim, há um número considerável de EES que são criados a partir da recuperação de empresas falidas, impedindo o surgimento de desemprego em massa decorrente do fechamento da empresa e possibilitando a participação direta dos trabalhadores na gestão do empreendimento.

Quantidade segundo Mesoregião SC
 Motivos : Recuperação de empresa
 Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	9
4201 Oeste SC	-
4202 Norte SC	-
4203 Serrana	1
4204 Vale do Itajaí	2
4205 Florianópolis	1
4206 Sul SC	5
4299 Fora da UF - SC	-

Figura 14 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

- Segmentos econômicos

O segmento econômico é um fator bastante curioso e determinante para o sucesso na comercialização. Segundo essa pesquisa, a produção e serviços de alimentos de bebidas é o segmento econômico com maior número de empreendimentos inseridos. Isso é um resultado muito positivo pelo qual garante boa aceitação no mercado. Nas últimas feiras realizadas na grande Florianópolis, percebeu-se que esse segmento é o que mais comercializava, enquanto o artesanato, que de natureza já há muita concorrência, o sucesso não é garantido.

Quantidade segundo Mesoregião SC
 : Produção e serviços de Alimentos e Bebidas
 Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	149
4201 Oeste SC	93
4202 Norte SC	23
4203 Serrana	7
4204 Vale do Itajaí	8
4205 Florianópolis	8
4206 Sul SC	10

Figura 15 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

A alimentação e bebida se tornam atrativos por vários motivos. Primeiro, quando uma família vai passear em uma feira, por exemplo, principalmente com crianças, o que mais os atrai é a praça de alimentação. Sempre compram uma coisa ou outra, o que não acontece sempre com os produtos de outros segmentos. Produtos orgânicos, como os da economia solidária, atraem ainda mais os consumidores.

Comidas exóticas, desconhecidas ainda é um fator importante, que garante ainda mais curiosidade.

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Produção Têxtil e Confecção
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	77
4201 Oeste SC	35
4202 Norte SC	8
4203 Serrana	2
4204 Vale do Itajaí	9
4205 Florianópolis	18
4206 Sul SC	5

Figura 16 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

O segundo segmento que mais há empreendimentos adeptos, segundo o mapeamento, é a produção têxtil e confecção. Segundo a Agência de Desenvolvimento Solidário (2002), “As preocupações de ordem ambiental e social também começam a alterar as preferências dos consumidores, abrindo espaço para um nicho de produtos têxteis orgânicos e solidários.”

A indústria têxtil na economia solidária passa pelo ciclo desde a produção agrícola até o produto final. No entanto esse ciclo, geralmente, se faz de forma independente em cada fase, ligando-os através de cadeias produtivas. O primeiro ciclo é a produção agrícola, na qual um critério estabelecido é que seja produção orgânica e sustentável, podendo citar o exemplo do algodão.

O segundo momento da produção é a tecelagem, na qual conceitua esse momento como “o entrelaçamento dos fios para sua transformação em tecidos” (Agência de Desenvolvimento Solidário, 2002, p. 49). Dando sequencia ao acabamento, que é “um conjunto de operações para benificar o tecido cru, antes de ir para a confecção. São métodos tanto químicos como mecânicos, para atender a exigências específicas do uso final do tecido.” (Agência de Desenvolvimento Solidário, 2002, p. 56) e a confecção “essa fase compreende a criação de moda, design e elaboração de moldes que serão guia para o corte, montagem e costura dos tecidos.” (Agência de Desenvolvimento Solidário, 2002, p. 57).

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Produção de Artefatos Artesanais
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	69
4201 Oeste SC	17
4202 Norte SC	11
4203 Serrana	9
4204 Vale do Itajaí	16
4205 Florianópolis	12
4206 Sul SC	4

Figura 17 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Em terceiro lugar se classificou a produção de artefatos artesanais, em quarto a prestação de serviços, seguindo de serviços relativos a créditos e finanças, serviço de coleta seletiva e reciclagem, produção industrial e produção de fitoterápicos, limpeza e higiene.

A produção de artefatos artesanais compreendia uma proporção de 85% dos empreendimentos acompanhados pela autora, na qual avaliou-se pouca aceitação no mercado, com excessão dos artesanatos indígenas, que instigava a curiosidade dos consumidores.

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Prestação de Serviços (diversos)
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	45
4201 Oeste SC	13
4202 Norte SC	3
4203 Serrana	1
4204 Vale do Itajaí	12
4205 Florianópolis	6
4206 Sul SC	10

Figura 18 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

A produção de Fitoterápicos, Limpeza e Higiene é um segmento na qual o grupo “Kunhangué Rembiapó” busca se inserir, pois compreendem que esse segmentos faz parte da história e da cultura da comunidade, sobretudo os fitoterápicos e as plantas medicinais.

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Produção de Fitoterápicos, Limpeza e Higiene
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	6
4201 Oeste SC	1
4203 Serrana	1
4205 Florianópolis	3
4206 Sul SC	1

Figura 19 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Dentre esses segmentos é interessante destacar o serviço de coleta seletiva e reciclagem, que até então é realizado pelo poder público e população (coleta seletiva) e pelos catadores de materiais recicláveis a separação e destinação correta dos resíduos sólidos. Ou deveria ser, se a nova lei de resíduos sólidos fosse cumprida. A coleta seletiva muitas vezes é feita pelos próprios catadores ou o lixo não é separado e levado todo para o aterro sanitário. Porém a lei garante que é dever das prefeituras implantar a coleta seletiva nos municípios e destinar os resíduos sólidos para associações de catadores de material reciclado. Para isso recebe verba pública para beneficiar essas associações com a construção do galpão adequado para destinação do resíduo.

Segundo a Agência de Desenvolvimento Solidário (2002), essa tarefa “pode ser desenvolvida pelo poder público, quer por iniciativa própria ou em parceria com grupos e organizações de catadores interessados, o que deve ser um dos objetivos a ser buscado junto aos poderes públicos.”

Mesmo com o processo de se organizarem coletivamente, que proporciona um resultado financeiro melhor, já que os resíduos comercializados em grande quantidade tem um preço melhor, as associações e catadores em geral enfrentam um grande desafio interno;

As dificuldades relacionadas à organização dos grupos é fruto, em grande parte, da sua origem cultural, pouca escolaridade e falta de familiaridade com planejamento e gestão de empreendimentos, assim como o elevado grau de individualismo. (Agência de Desenvolvimento Solidário, 2002, p. 83)

Um segundo desafio na qual os catadores vem enfrentando é a demora em que a lei de resíduos sólidos vem sendo implantada nos municípios, demonstrando pouco interesse do poder público em se adequar às novas legislações, sem contar com fraudes

que permitem com que empresas recebam esse material coletado ao invés das associações de catadores.

Todavia há uma forte atuação do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclado em garantir que a lei seja cumprida na íntegra, além da assessoria às associações para que se adequem aos critérios estabelecidos na legislação.

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	24
4201 Oeste SC	6
4202 Norte SC	5
4203 Serrana	1
4204 Vale do Itajaí	5
4205 Florianópolis	5
4206 Sul SC	2

Figura 20 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Por fim, nos serviços relativos a crédito e finanças, pode-se incluir os fundos solidários, na qual colaborou para a criação e fomento de todos os empreendimentos acompanhados pela instituição, inclusive colaborou muito com o grupo “Kunhangué Rembiapó”.

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Serviços Relativos a Crédito e Finanças
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	26
4201 Oeste SC	19
4202 Norte SC	4
4203 Serrana	1
4204 Vale do Itajaí	1
4205 Florianópolis	1

Figura 21 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

- Classes de faturamento mensal

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Sem faturamento
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	251
4201 Oeste SC	92
4202 Norte SC	42
4203 Serrana	17
4204 Vale do Itajaí	38
4205 Florianópolis	33
4206 Sul SC	29

Figura 22 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Nessa fase da pesquisa pode-se analisar a renda gerada nos empreendimentos em 2007. É possível detectar que 36% dos empreendimentos não tem faturamento, no entanto 45% recebe mais de R\$1000,00 (hum mil reais) de faturamento mensal.

Quantidade segundo Mesoregião SC
: Até R\$ 1.000
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	121
4201 Oeste SC	53
4202 Norte SC	22
4203 Serrana	4
4204 Vale do Itajaí	18
4205 Florianópolis	9
4206 Sul SC	14
4299 Fora da UF - SC	1

Figura 23 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Todavia cabe ressaltar que na economia solidária se enquadram muitos grupos que não tem conhecimento de gestão e planejamento para se estruturar. Por esse motivo existem entidades de apoio e fomento, dentre elas muitos projetos de geração de trabalho e renda que possibilita assessoria a fim de aprimorar tais técnicas. Muitos outros são os fatores que desafiam a comercialização dos empreendimentos, que serão retratados no próximo item.

Quantidade segundo Mesoregião SC
: De R\$ 1.001 a R\$ 5.000
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	172
4201 Oeste SC	92
4202 Norte SC	23
4203 Serrana	7
4204 Vale do Itajaí	22
4205 Florianópolis	14
4206 Sul SC	14

Figura 24 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Porém, ao se estruturarem, comprovam que “outra economia é possível”. Grandes cooperativas e associações autogestionadas existem por anos e gera renda para muitas famílias. Como exemplo desses sucessos em Santa Catarina, pode-se citar a cooperativa de conservas e compotas “Conservas Will”, de Nova Trento, cooperativa de confecção têxtil “Fio Nobre”, de Itajaí e a Indústria de Comércio de Cordas e Calçados – Bruscor, de Brusque.

Quantidade segundo Mesoregião SC
: De R\$ 10.001 a R\$ 50.000
Período: 2007

Mesoregião SC	Quantidade
TOTAL	66
4201 Oeste SC	35
4202 Norte SC	7
4203 Serrana	8
4204 Vale do Itajaí	6
4205 Florianópolis	7
4206 Sul SC	3

Figura 25 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

- Dificuldades da comercialização

EES com dificuldade segundo Mesoregião SC
Tipos : Poucos clientes
Período: 2007

Mesoregião SC	EES com dificuldade
TOTAL	42
4201 Oeste SC	7
4202 Norte SC	4
4203 Serrana	6
4204 Vale do Itajaí	11
4205 Florianópolis	9
4206 Sul SC	5

Figura 26 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Considerando dados sobre as dificuldades na comercialização, destacou-se “Não ter registro legal”, ou seja, não haver condições legais para que o empreendimento se registre e tenha um CNPJ para poder concorrer com o comércio local. Além de desfavorecer a credibilidade do empreendimento, a falta de registro legal impossibilita o uso de equipamentos para utilização de cartão de débito e crédito, proteção contra devedores, participação em licitações, fornecimento para grandes empresas, bem como o acesso ao crédito, dentre outras vantagens.

EES com dificuldade segundo Mesoregião SC
Tipos : Não sabe fazer vendas
Período: 2007

Mesoregião SC	EES com dificuldade
TOTAL	16
4201 Oeste SC	1
4202 Norte SC	4
4203 Serrana	1
4204 Vale do Itajaí	4
4205 Florianópolis	3
4206 Sul SC	3

Figura 27 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Muitos empreendimentos, para poder entrar no mercado, optam por se organizarem em associações, como visto em pontos anteriores, ou em microempresas, descaracterizando sua organização de origem.

EES com dificuldade segundo Mesoregião SC
Tipos : Não tem registro legal
Período: 2007

Mesoregião SC	EES com dificuldade
TOTAL	48
4201 Oeste SC	25
4202 Norte SC	8
4203 Serrana	2
4204 Vale do Itajaí	6
4205 Florianópolis	3
4206 Sul SC	4

Figura 28 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Atrás do registro legal, considerou-se a maior dificuldade “poucos clientes”. Considerando a realidade dos empreendimentos que foram acompanhados por mim, no estágio curricular, os grupos tinham poucos clientes primeiro por não possuir um registro legal, na qual impossibilitava emitir nota fiscal e comercializar em grande escala. A falta de capital de giro e a pouca renda impedia com que o grupo possuísse um

espaço físico para comercializarem seus produtos. A concorrência local também era outro fator.

EES com dificuldade segundo Mesoregião SC

Tipos : Não tem capital de giro

Período: 2007

Mesoregião SC	EES com dificuldade
TOTAL	36
4201 Oeste SC	9
4202 Norte SC	7
4203 Serrana	3
4204 Vale do Itajaí	8
4205 Florianópolis	4
4206 Sul SC	5

Figura 29 - Fonte: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

Em seguida vem a falta de capital de giro e não saber fazer vendas como as maiores dificuldades. Analisa-se que a homologação da lei da economia solidária resolveria grande parte dos problemas elencados nesse mapeamento, juntamente com a construção de centros públicos, que fornece espaço fixo para comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos.

3. A COMUNIDADE INDÍGENA GUARANI DO MORRO DOS CAVALOS

O povo Guarani, e todas as outras etnias de cultura indígena, foi brutalmente violentado desde o descobrimento da América e o é até os dias de hoje. Esse povo, que são “filhos” deste continente, foi expulso de sua terra, feito de escravo pelos europeus, teve a floresta que rodeava sua comunidade e determinava a sua forma de sobrevivência desmatada e hoje sofre o reflexo de toda essa exploração.

Segundo historiadores, viviam no continente americano no ano de 1500, aproximadamente, 100 milhões de índios, sendo destes, 5 milhões no território Brasileiro. Na chegada dos Europeus às terras Americanas, houve muita estranheza entre as duas civilizações, mas que, inicialmente, os índios foram escravizados em troca de artefatos europeus, como espelhos, apitos, colares, dentre outros, para a exploração do Pau-Brasil. Continuando a exploração da terra, os europeus usavam da violência contra os moradores, que para tomá-la chegavam a matar os nativos ou transmitir doenças. Esse comportamento violento seguiu por séculos e resulta hoje no número reduzido de indígenas na América e no Brasil.

Segundo o censo de 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população indígena no Brasil é de 817963 mil índios, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. Destes, 36,2% vivem em área urbana e 63,8% em área rural. Em Santa Catarina são em 18213, totalizando 0,3% da população catarinense.

Por não possuírem garantia da sua terra, muitos índios ainda estão condicionados a serem expulsos de suas terras por latifundiários ou empresários. As terras que ainda lhes restam ou lhes são destinadas, muitas são improdutivas, sem animais, situação que agrava as suas condições de sobrevivência. Um grande exemplo dessa insegurança é o caso que vem acontecendo no Pará, a Hidrelétrica do Belo Monte, que expulsará índios, ribeirinhos e pescadores da região onde moram para construção da maior hidrelétrica do mundo, pagando uma indenização no valor de treze mil reais para encontrarem outro lugar para residirem.

A triste realidade desse povo não é muito diferente na comunidade do Morro dos Cavalos, que é o foco de estudo da autora. A principal luta dos guaranis é a demarcação da terra indígena, que garante segurança e estabilidade para esse povo que constrói nessa terra sua vida, sua casa, sua história, sua cultura e sua comunidade. Além

disso, há várias articulações transversais que visam fortalecer os meios de sustentabilidade da aldeia e resgate da cultura guarani.

Ao se tratar de comunidades indígenas, o primeiro erro que se comete é romantizar uma história e recontá-la de forma irreal. Ao discutir sobre o assunto, emergem duas visões totalmente distintas. Ou se tem uma visão preconceituosa, que enfatiza a ideologia colonizadora, de superioridade aos europeus e inferioridade aos povos primitivos, ou uma visão romântica, que demonstra paixão por um povo “perfeito”, excluindo a história de opressão e que tem grandes influências das evoluções econômicas, políticas e sociais que vem ocorrendo no decorrer da história. Segundo Canclini,

A solução romântica: isolar o criativo e o artesanal, a beleza e a sabedoria do povo, imaginar de modo sentimental comunidades puras, sem contato com o desenvolvimento capitalista, como se as culturas populares não fossem o resultado da absorção das ideologias dominantes e das contradições entre as próprias classes oprimidas. (CANCLINI, 1982, p.11)

A romantização da história e da cultura, segundo o autor, é uma visão de direita que enxerga essas comunidades como um povo de virtudes biológicas intactas e atitudes irracionais. Todavia cria-se uma distância significativa entre os “dois povos”, ignorando a realidade encontrada de violência, que resulta em defesa dos privilégios da classe dominante. “O conceito histórico através do qual foram sendo construídos o conceito e o sentimento de nação é neutralizado e diluído pela “tradição”.” (CANCLINI, 1982, p. 45)

Dessa mesma forma Canclini conceitua cultura, indagando-se como “cultura popular: criação espontânea do povo, a sua memória convertida em mercadoria ou o espetáculo exótico de uma situação de atraso que a indústria vem reduzindo a uma curiosidade turística?”. Sendo assim é necessário compreender que o capitalismo construiu a leitura de uma cultura, na qual a mesma se tornou mercadoria, o que colaborou com uma visão romântica e alienada, que mascara a realidade que passa e passou esse povo. Sendo assim, Canclini conceitua a cultura das seguintes formas encontradas no seu livro. Canclini não traz conceitos diferentes e sim complementares que contribuirão para a compreensão do termo.

Portanto, para o autor, a cultura das classes populares é o resultado da apropriação desigual do capital cultural, na qual uma foi se sobrepondo sobre a outra e construindo relações de superioridade e inferioridade. Essa apropriação foi criando uma relação conflituosa e condições de vida adversas.

O enfoque mais fecundo é aquele que entende a cultura como um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe. De acordo com esta perspectiva, trataremos de ver as culturas das classes populares como resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, a elaboração específica das suas condições de vida e a interação conflituosa com os setores hegemônicos. (CANCLINI, 1982, p. 12)

Dessa forma o sistema capitalista foi interferindo no jeito de ser das culturas, com o objetivo de “integrar as classes populares ao desenvolvimento capitalista”, o que determinou grande influência no modo de vida, de ser, de pensar e de agir dos povos, transformando as relações, rituais e objetos em símbolos.

Com a finalidade de integrar as classes populares ao desenvolvimento capitalista, as classes dominantes desestruturam – mediante procedimentos distintos, mas que são subordinados a uma lógica comum – as culturas étnicas, nacional e de classe, reorganizando-as num sistema unificado de produção simbólica. (CANCLINI, 1982, p. 13)

Sendo assim hábitos e práticas foram fazendo parte da vida cotidiana das pessoas através dos aparelhos que propagam um determinado capital cultural que contribui para o setor que obtem a hegemonia. Portanto a briga pela hegemonia é constante entre esses setores.

Deste modo, chegaremos a uma caracterização da cultura como um tipo particular de atividade produtiva, cuja finalidade é compreender, reproduzir e transformar a estrutura social e brigar pela hegemonia. [...] um capital cultural é transmitido por meio de aparelhos e se internaliza nos indivíduos gerando hábitos e práticas, ou seja, gerando a estrutura da nossa vida cotidiana. (CANCLINI, 1982, p. 18)

Considera-se assim a cultura como uma prática simultaneamente econômica e simbólica, pois ações, atitudes, como de vestir uma roupa, tem seus significados. Ou seja, símbolos que comunicam de acordo com a cultura.

Afirmar que a cultura é um processo social de produção significa, antes de tudo, opor-se às concepções que entendem a cultura como um ato espiritual (expressão, criação) ou como uma manifestação alheia, exterior e posterior às relações de produção (sendo uma simples

representação delas). Hoje podemos entender por que a cultura constitui um nível específico do sistema social e por sua vez por que não pode ser estudada isoladamente. Não apenas porque está *determinada* pelo social, entendido como algo distinto da cultura, que é incorporado a partir do seu exterior, mas porque está *inserida* em todo fato sócio-econômico. Qualquer prática é simultaneamente econômica e simbólica, uma vez que agimos através dela, construímos uma representação que lhe atribui um significado. Comprar um vestido ou transportar-se para o trabalho, duas práticas sócio-econômicas habituais, estão carregadas de sentido simbólico: o vestido ou o meio de transporte – além de seu valor de uso: cobrir-nos, transportar-nos – significam, de acordo com o tecido e o desenho do vestido, ou tendo em vista se utilizamos um ônibus ou um carro, e sua marca, que pertencemos a uma determinada classe social. As características da roupa ou do carro comunicam algo da nossa inserção social, ou do lugar ao qual aspiramos, do que queremos transmitir aos outros ao usá-los. (CANCLINI, 1982, p. 30)

Enfim, as diversas formas que Canclini usou para conceituar cultura está sintetizada na seguinte citação:

as culturas populares são o resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, realizam uma *elaboração* específica das suas condições de vida através de uma interação conflitiva com os setores hegemônicos. (CANCLINI, 1982, p. 43)

3.1. HISTÓRIA E FORMAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA GUARANI DO MORRO DOS CAVALOS

Maria Dorathea Post Darella (2003), antropóloga e funcionária do museu universitário da UFSC, resgatou diversos documentos e autores que comprovam a existência de índios no Brasil no período da pré-colonização, principalmente na Ilha de Santa Catarina. Portanto, há séculos o território brasileiro é habitado por grupos humanos denominados Guarani, dentre outros povos nativos, que, no período da colonização, muitos foram escravizados e violentamente assassinados. Vivendo na mesma realidade, os povos guarani habitantes do litoral de Santa Catarina fugiram para a região continental do estado a fim de se protegerem da violência gerada pelos colonizadores europeus, segundo descreve Darella:

Sendo os que povoavam o litoral no século XVI e os primeiros contatados no litoral sul, os Guarani foram alvo de intenso intercâmbio comercial, escravização, catequização, apresamentos, deslocamentos, guerras, doenças, epidemias e cobiça, causando significativa depopulação, mas não sua extinção. Os novos limites, cerceamentos e imposições causaram transformações e recriações do "modo de ser" Guarani, acentuando a identidade e a liberdade, aprofundando a cataclismologia e o discurso profético. A Ilha de

Santa Catarina foi provavelmente a primeira parte do litoral a ficar despovoada de índios Guarani. (DARELLA, 2000)

Por aproximadamente 14 meses o grupo de mulheres de produção de artesanato foi acompanhado pela autora desse trabalho, através do seu estágio realizado na Ação Social Arquidiocesana. O estágio foi focado no projeto FORTEES – Fortalecendo Experiências de Economia Solidária em Santa Catarina, que será mais detalhado no próximo capítulo, e que proporcionou que a estudante se aproximasse da realidade de uma comunidade indígena e conhecesse mais detalhada a história desse povo.

Todo ano, na semana em que se comemora o dia do Índio, a comunidade promove apresentações, mostras dos artesanatos, rituais e almoços coletivos, na qual chamam de semana cultural. Na abertura dessa semana, o vice cacique, em abril de 2011, numa conversa informal contou que, não faz muito tempo, eles viviam independentes, nem a língua portuguesa estava inserida no dia a dia deles. Os mais velhos, principalmente os pajés, dominavam uma sabedoria muito respeitada, que já previam a necessidade que teriam futuramente em se inserir na cultura branca para sobreviver, como, por exemplo, nas escolas.

Muitas dessas pessoas morriam com mais de 100 anos de idade e de fato, como previsto, a cultura guarani precisou aprender a língua portuguesa para lutar por seus direitos e se inserir no mercado produtivo, haja vista não poderem mais plantar e caçar, pelo reflexo da ação humana nos meios naturais e estarem em constante ameaça.

Inicialmente, segundo Eunice Antunes⁸, cacique da aldeia do Morro dos Cavalos, a comunidade era um local de passagem, assim como muitas outras, pois caminhavam e viajavam em busca da chamada “Terra sem Males”⁹. Havia muitas aldeias próximas, na qual esta servia como parada e local de encontro entre os que iam e os que voltavam. O primeiro nome dado à aldeia foi Tekoá Porã (aldeia alegre) e as famílias eram mais espalhadas pelas terras, onde hoje se encontram marcas e plantações dos antepassados. Há registros que comprovam a existência de indígenas nessas terras a

⁸ Eunice Antunes, atual cacique da aldeia do Morro dos Cavalos, foi entrevistada pela estudante em dezembro de 2012, na qual forneceu as principais informações que constam nesse capítulo.

⁹ A “Terra sem Males”, segundo a tradição Guarani, é o paraíso que as pessoas buscam de corpo e alma. Há um portal pelo mar para chegar nessa terra e para passar por esse portal tem que ser uma pessoa pura. Para isso cultivam a tradição das plantas sagradas e animais que foram criados pelo sol. Rituais e uso de objetos sagrados purificam as pessoas e as preparam para essa terra.

partir da colonização com Cabeza de Vaca¹⁰ e, depois da construção da BR 101 por entidades, como o DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte. O local, onde hoje é localizada a aldeia, foi nomeado “Morro dos Cavalos” pelos brancos com a construção da BR 101 e pelo mesmo motivo as famílias, que antes estavam espalhadas, se concentraram nas margens da rodovia.

Na década de 90 foram realizados estudos pela Universidade Federal de Santa Catarina, por antropólogos e estudantes de antropologia, com o interesse de registrar e comprovar os indígenas como os primeiros moradores dessas terras. Foram eles que buscaram registros, dados, relatórios e documentos que pudessem comprovar essa afirmação. Na mesma época os nativos começaram a temer a perda da terra e, baseados na Constituição Federal de 1988, na qual houve participação direta de suas lideranças e a conquista do direito pela demarcação da terra, iniciaram a luta para a garantia desse direito. Até então, diz Eunice, que o medo não existia, pois compreendiam que havia terra para todos, porém passaram a se sentir ameaçados pela ocupação dos brancos.

Em 2004 a comunidade do Morro dos Cavalos realizou uma grande campanha pela demarcação, com coleta de assinaturas e distribuição de material e em 2007 o Ministro da Justiça Tarso Genro reconheceu o espaço como Terra Indígena. Em 2008 foi divulgado no Diário Oficial que o ministro assinou a declaração e em 2010 a terra foi demarcada fisicamente e passou a aparecer no mapa.

Os próximos passos são indenizar os brancos que moram na área demarcada pela FUNAI - Fundação Nacional do Índio, para qual o valor foi repassado em fevereiro de 2012, e homologar a terra em nome dos povos indígenas. Porém, para liberar a indenização é necessário reunir a “comissão de boa fé”¹¹, que tem como competência a negociação diante de possíveis resistências. No entanto não foi necessário essa

¹⁰ Cabeza de Vaca nasceu na Espanha e em 1540, na sua segunda viagem à América, já como governador, chegou na Ilha de Santa Catarina. Além de colonizador Cabeza de Vaca também era escritor e registrou o momento em que chegou à ilha e o que encontrou por lá, o que serviu como prova da existência de indígenas desde a chegada dos Europeus, o que facilitou para que essas fossem reconhecidas como terras indígenas.

¹¹ A comissão de boa fé é de responsabilidade da FUNAI, na qual é responsável por uma das etapas da demarcação da terra indígena, pela etapa do acordo com os moradores da terra que será demarcada. Essa comissão de reúne para conversar sobre casos em que houve resistência das pessoas que serão indenizadas e para entrar num acordo com essas famílias.

comissão, pois todos estão cientes de que serão indenizados e estão aguardando o valor referente. Todavia é necessário aguardar essa reunião para que o processo avance. Mediante essa situação a comunidade que será indenizada elaborou um documento exigindo agilidade, que resultou na promessa da FUNAI em concluir o processo no primeiro semestre de 2013.

Hoje as aldeias não são mais utilizadas como lugar de encontro durante as viagens, pois as pessoas começaram a se acomodar nos espaços, principalmente pela falta de aldeias próximas para hospedagem. Isso acontece principalmente entre os mais velhos, que não tem mais condições de realizarem grandes viagens. Mas ainda há bastante rotatividade entre os jovens. Se antes essa rotatividade se dava pela busca da “Terra sem Males”, hoje já existem outros fatores¹², dentre eles a aventura de conhecer novos lugares e pessoas.

3.2. PERFIL DA POPULAÇÃO INTEGRANTE DA COMUNIDADE DO MORRO DOS CAVALOS

Na comunidade do Morro dos Cavalos vivem entre 180 e 200 pessoas de etnia Guarani. Não há um número exato de pessoas registradas, pois há muita rotatividade de moradores e visitantes. No entanto, as estimativas são de que 70% (setenta por cento) dos moradores são crianças e adolescentes¹³. Isso acontece, pois as jovens tem filhos já na adolescência. Segundo o ritual religioso da cultura guarani, assim que vem a primeira menstruação da menina ela é isolada por 15 dias, numa dieta rigorosa, com o objetivo de purificar o seu corpo e alma. No dia que vem a segunda menstruação se isola por mais uma semana e em seguida já pode se casar se houver algum pretendente. É possível encontrar muitas adolescentes de 14 anos com filhos.

Em contrapartida as crianças e adolescentes são os que têm maior nível de escolaridade na aldeia. Segundo a responsável pela comunidade, a educação vem

¹² Acredita-se que antigamente as pessoas passavam por esse portal fisicamente. Porém hoje, segundo a cacique, estão todos “contaminados”, principalmente pelos alimentos que consomem. Justificam isso pela invasão européia que foram impondo limites para garantia do seu espaço.

¹³ Conforme o artigo segundo do Estatuto da Criança e do Adolescente “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” (BRASIL, 1990)

tomando espaço entre os moradores desde o final da década de 90, onde as aulas ainda eram realizadas nas casas da comunidade.

Em 2002 foi construída a escola e nesse período os professores ainda eram pessoas de fora, que não conheciam a realidade em que estavam inseridos e não se adequavam às tradições. Muitos alunos tinham que escolher entre rituais religiosos e ir para a aula, caso escolhessem a primeira opção corriam o risco de ter que repetir o ano escolar por frequência insuficiente, pois, em alguns casos, precisavam se ausentar por dias consecutivos.

Os professores ainda consideravam esses alunos “burros e retardos”. Permanecia muito conflito entre professores e alunos e as crianças substituíam o guarani pela língua portuguesa.

Esses foram os principais motivos que fizeram com que os mais velhos fossem contra a inserção das crianças no espaço escolar, pois não conseguiam conciliação entre tradição, crenças, cultura e educação. Mesmo assim havia os que lutavam para que se garantisse a educação e que ela fosse enquadrada na particularidade da aldeia, ou seja, que os professores fosse os próprios indígenas.

Atualmente isso já foi conquistado, os professores são os próprios moradores, que frequentam o curso de Licenciatura Indígena fornecido pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina e elaboram o próprio currículo escolar. O sistema educacional ainda é unificado entre as duas culturas e considerado falho, no entanto há algumas particularidades respeitadas, já previstas no calendário escolar elaborado pelos professores. Para que isso fosse aceito entre todos houve um acordo entre lideranças, gestores e moradores antigos para que os professores fossem indígenas e que a educação escolar desse continuidade à doméstica. Como exemplo dessa adequação a língua guarani é a primeira aprendida e nos três primeiros anos escolares as aulas são fornecidas apenas na linguagem nativa.

Ainda assim o nível de escolaridade das pessoas, em geral, era ensino fundamental incompleto, pois na aldeia era fornecido estudo até a quarta série, quem quisesse continuar o processo educacional formal precisava buscar escola na cidade. Mesmo que o estado fornecesse o transporte, não era de interesse dos que ali estudavam sair da aldeia, com algumas exceções. Em 2009 conquistaram a garantia do ensino

médio na comunidade e em 2012 houve a primeira formatura do terceiro ano. Hoje também é possível encontrar na comunidade o EJA – Educação de Jovens e Adultos, que acontece nas quartas feiras no Morro dos Cavalos para as aldeias da região.

Com a precarização da terra e dos meios de sobrevivência, o estudo, como uma das formas de aproximação das duas culturas, ainda que de forma desigual e precária, traz oportunidades, tal como conhecimento para o acesso às políticas públicas, lutas para conquista e garantia dos direitos sociais, conhecimento de novas formas de sustentabilidade da comunidade, bem como a captação de recursos. Porém, em contrapartida, o estudo e a aproximação das duas culturas vêm junto com a influência, principalmente entre os mais jovens, para a perda da identidade e da cultura.

Cada vez mais, ao ficarem doentes, estão procurando médicos e comprando remédios. As tradições e rituais, como danças, orações, na qual se vestem tradicionalmente são cumpridos apenas em datas especiais. As músicas guarani estão sendo substituídas pelas da cidade. O modo de se vestir e de pensar também está sofrendo alteração.

Nas visitas realizadas na aldeia a cacique e outras mulheres relataram, com bastante tristeza, essa subtração da identidade indígena que vem acontecendo com o passar dos dias e sempre estão buscando maneiras de resgate da cultura. Uma das atividades que vem a caminho da sustentabilidade cultural é a Oficina de Plantas Medicinais, pois ao perceberem que cada vez mais as plantas estavam sendo substituídas pelos remédios industrializados era necessário resgatar o conhecimento e descobrir diferentes maneiras de utilização dessas ervas.

Todavia deve haver o cuidado ao realizar essas análises de não cair novamente no erro citado anteriormente, de romantizar a história guarani pelo censo comum. O povo guarani não pode ser julgado e proibido de se apropriarem da cultura branca, no entanto faço essa análise por ser uma angústia das lideranças por perderem conhecimentos preciosos cultivados por tantos anos pela cultura para se apropriarem de tais malefícios.

Por fim, as principais formas de sobrevivência das famílias que moram nessa comunidade são através empregos formais fornecidos pelo estado, como professores

para os que tem maior escolaridade e agentes de saúde, e a produção e comercialização do artesanato, que é considerada pela cacique a principal fonte de renda.

3.3. A ECONOMIA GUARANI – UMA PROPOSTA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia Guarani assemelha-se com a economia solidária, pois a sua organização, ideologia e modo de produção se encaixam nos critérios estabelecidos pelo FBES, como consta descrito no primeiro capítulo. Mais do que se encaixar nos critérios, a luta por outra economia, ou seja, outra sociedade une cada vez mais a economia gerida nas comunidades indígenas à economia solidária. No entanto ela é uma herança da história econômica do seu povo e não algo construído formalmente.

A sobrevivência desse povo era garantida pelos recursos naturais, como plantas, frutas e animais nativos das florestas e, numa pequena parcela, pela agricultura. Porém hoje, decorrente da degradação do meio ambiente, houve grandes transformações na forma de obter seus alimentos. A comercialização do artesanato foi a principal transformação para as aldeias que não conseguem mais sobreviver pelos recursos naturais. As marcas culturais depositadas nesses objetos são atrações turísticas para os brancos, surgindo uma oportunidade de geração de renda, que faz com que haja alteração de valores.

A dominação externa para realizar a sua hegemonia diante dos grupos étnicos tem procurado quebrar a sua unidade e coesão, destruindo o significado que os objetos e as práticas possuem para cada comunidade. (CANCLINI, 1982, p.74)

A agricultura era natural, plantavam por um pequeno período, mas havia alimento em qualquer lugar em que parassem. Segundo a comunidade, a plantação fixa foi outra alteração na economia indígena após a colonização, pela interferência cultural consequente desse acontecimento.

Segundo Clovis Antonio Brighenti (2010) a agricultura Guarani socorreu os primeiros viajantes Europeus. Muitos deles ficavam admirados com a abundância de comida que possuía nas terras indígenas. Desde então passaram a produzir com fartura, tanto para alimentar suas aldeias quanto as comitivas dos conquistadores.

O mesmo autor ainda relata que “além de se apropriarem dos alimentos oferecidos, os espanhóis os forçavam a plantar em quantidade suficiente para abastecer os navios” (Brighenti, 2010, p. 59) e um local muito procurado pelos espanhóis era a Ilha de Santa Catarina.

Muitos fatores levavam os Guarani a obterem sucesso na sua agricultura. Um deles era a técnica agrônômica que é considerada muito avançada do que as dos europeus. Outro fator importante é o clima e a condição do terreno, dentre eles o clima chuvoso, que evita secas, altitudes mais niveladas ao mar e vegetação da Mata Atlântica, com bastante umidade.

Para o plantio não era utilizado equipamentos de aço ou ferro. Utilizava-se basicamente do interior das florestas e das variedades de plantas e sementes, que possibilitava a colheita o ano todo.

A produção era unicamente para sua sobrevivência, como relata Brighenti, na qual a soma das forças familiares diminuía o tempo dedicado ao trabalho. O acúmulo acontecia apenas para realização de festas ou quando precisavam reproduzir uma determinada espécie. Nessa economia também é praticada a solidariedade na medida em que usavam da sua produção para troca e distribuição. Os trabalhos comunitários também se davam de forma recíproca, sem que houvesse remuneração. Uma família ajudava a outra, mais conhecida como mutirão.

Para isso, Brighenti escreve:

“A distribuição do trabalho pode ocorrer de duas maneiras: a primeira na interação familiar, quando componentes de uma mesma família contribuem com serviços a outra família e esta lhe devolve a ajuda quando necessário, ou seja, a reciprocidade é o tempo trabalhado. A outra forma se manifesta quando há trabalhos coletivos, como roças comunitárias e construções. Nesse caso, é o trabalho gratuito de um serviço que culmina com uma festa. As duas formas são denominadas pelos Guarani mutirão ou potyrõ, mas em ambos os casos se excluem o uso da moeda e o pagamento de salário. Na economia Guarani, a festa desempenha um papel fundamental de socialização dos bens colhidos em abundância e de exaltação da forma de vida aspirada com plenitude.” (Brighenti, 2010, p. 65)

Hoje as dificuldades em relação a agricultura é não ter espaço físico, plantas nativas e nem liberdade para buscar alimentos nas florestas. Nas comunidades que há o espaço de terra adequado ainda há plantações que garantem a sobrevivência dos

moradores, porém no Morro dos Cavalos isso não é possível. Ainda há em alguns espaços plantação de mandioca, milho, feijão, dentre outros, porém servem apenas para manter a tradição. O espaço não permite que haja colheita suficiente para alimentar a todos. Acreditam que depois que as terras forem demarcadas poderão voltar a cultivar plantações como principal forma de sobrevivência. A pesca se tornou a única tradição que ainda faz parte do dia a dia da comunidade, e que alimenta muitas famílias.

Dentre estes e tantos outros motivos que se percebe na economia Guarani uma forma de organização da economia solidária. Os princípios da coletividade, da produção do necessário, cuidado à natureza, solidariedade, dentre outros, que são princípios nativos desse povo, faz com que se tenha certeza que essa forma de organização se enquadre no perfil de grupos que são convidados a fazerem parte dessa luta.

É extremamente importante que todos que praticam e sonham com outra economia e com outro mundo se unam nessa luta e componham “um só grito”. É nesse sonho que faz com que a comunidade do Morro dos Cavalos tenha aderido ao movimento da economia solidária e hoje se reconhece como tal.

3.4. O ARTESANATO COMO PRINCIPAL FORMA DE SOBREVIVÊNCIA

Como acontece em muitas outras comunidades indígenas Guarani, a comunidade localizada no Morro dos Cavalos não está totalmente inserida no mercado de trabalho formal. A maioria dos moradores sobrevive de doações advindas de pessoas físicas ou jurídicas, políticas públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família ou do seu trabalho na comunidade.

A caça e as plantações não fazem mais parte do dia a dia do índio dessa localidade. A terra para qual foram alocados não favorece para o exercício dessa prática. A comunidade está localizada numa terra montanhosa, rochosa, litorânea, com recursos naturais escassos, já bem agredidos pelo homem e uma região com tamanho limitado, sem mais a existência de demais animais, pois grande parte dela é ocupada por brancos, que estão aguardando indenização para liberarem a terra.

Embora as condições de vida dos indígenas sejam injustas, como reclama a cacique, sem nenhum suporte do estado através de políticas públicas ou de forma precária, como saneamento, saúde, educação, trabalho e emprego, assistência, entre

outros, o acesso ao mercado de trabalho no sistema capitalista seria uma forma violenta de abrir mão da sua cultura e história de luta. A principal forma que encontram hoje de realizarem seus trabalhos e gerar renda, podendo conciliar com o meio em que vivem é através da produção do artesanato. Foi a partir dele que a instituição e a autora passaram a realizar trabalhos na comunidade.

Os artesanatos são produzidos especificamente pelas mulheres, com a participação indireta dos homens, que participam da produção na colheita da taquara para produção de balaios. O grupo “Kunhangué Rembiapó” produz balaios de diversos tamanhos e cores, acessórios femininos usando sementes e penas, como colares, pulseiras, brincos e anéis, bijuterias com missangas e artefatos de decoração de madeiras em forma de animais. Os artesanatos são produzidos de tal forma que sejam utilizados como matéria prima o máximo possível de recursos naturais da região. Como exemplo dessas matérias-primas é possível citar a taquara, para produção de balaio, as penas e sementes para produção de brincos e colares e a madeira, para produção de objetos de decoração.

Contudo, a comunidade tem sofrido muitas influências até na produção do artesanato, no qual hoje está sendo produzidas bijuterias de missangas, algo que descaracteriza e encarece os produtos indígenas.

Resgatando a lógica de que a cultura indígena vem se tornando mercadoria no capitalismo e que o artesanato tem sofrido transformações de valores (de uso pra troca) de acordo com os interesses do capital, Canclini explica:

O que vê o turista: enfeites para comprar e decorar seu apartamento, cerimônias “selvagens”, evidências de que sua sociedade é superior, símbolos de viagens exóticas a lugares remotos, portanto, do seu poder aquisitivo. A cultura é tratada de modo semelhante à natureza: um espetáculo. As praias ensolaradas e as danças indígenas são vistas de maneira igual. O passado se mistura com o presente, as pessoas significam o mesmo que as pedras: uma cerimônia do dia dos mortos e uma pirâmide maia são cenários a serem fotografados. (CANCLINI, 1982, p.11)

Foi a partir do artesanato indígena que a instituição – Ação Social Arquidiocesana – se aproximou dessa realidade, porém a produção do artesanato já existia. O primeiro contato teve o objetivo de apresentar o projeto que iria se iniciar, no ano de 2011, que fornecia acompanhamento e cursos e exigia comprometimento dos participantes, assim como aconteceu em outros empreendimentos identificados.

Embora já existisse uma organização das mulheres, ainda estavam numa etapa inicial e precisavam de orientação, principalmente em relação aos seus direitos, mas, sobretudo sobre a organização do grupo e potencialização da comercialização dos produtos guarani¹⁴.

¹⁴ A experiência vivida no grupo será melhor explorada no próximo capítulo.

É acreditando que a economia solidária gera cidadania e protagonismo social, político e econômico, que diante das condições de vida precárias e excludentes em que passam determinados grupos sociais no estado a Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina dedicou os últimos dois anos para execução desse projeto. O mesmo era norteado por 3 objetivos específicos, como mostra no projeto original:

1) Qualificar os EES aprimorando a gestão e a viabilidade econômica para aumento da renda gerada; 2) Apoiar e fomentar a comercialização, a visibilidade e a formação de cadeias produtivas solidárias dos EES; 3) Ampliar a rede de EES junto a grupos sociais como mulheres, jovens, indígenas, quilombolas, pescadores, comunidades empobrecidas (meio urbano), assentados e vítimas das catástrofes ambientais (chuvas, enchentes, furacões e deslizamentos) isto é, a grupos sociais em situação de exclusão social. (CÁRITAS, 2010 p. 4)

Para sua execução foi previsto, por região, acompanhamento sistemático para 10 empreendimentos, realizando visitas a cada 3 meses por EES, a realização de 6 etapas do Curso de Gestão e Viabilidade Econômica para os empreendimentos acompanhados, de 1 Oficina de Materiais Recicláveis, 1 de Plantas Medicinais, 1 de Hortas Comunitárias e 1 de Comunicação Social para formação de novos grupos, 1 Feira de Economia Solidária e 1 Curso de Economia Solidária interdiocesano para os EES que começaram a ser acompanhados no meio do processo.

Na região de Florianópolis houve acompanhamento a 9 (nove) empreendimentos de economia solidária distribuídos pelas cidades que compõe a arquidiocese, na qual foram inseridos através de visitas realizadas ao se iniciar os trabalhos, assim como em outros EES, sendo os que aceitaram participar foram:

- Doces do Fortunato – grupo de comunidade Quilombola, que produz doces e bolachas na cidade de Garopaba – SC.
- Mulheres Artesãs de Garopaba – produção de artesanato com reciclagem na cidade de Garopaba – SC.
- Pira Rupá – grupo da comunidade indígena do Massiambú, Palhoça – SC, que produz artefatos Guaranis.
- Kunhangué Rembiapó – grupo de mulheres da comunidade indígena guarani do Morro dos Cavalos, que também produz artefatos guaranis.

- Arte Sustentável – grupo de mulheres que produzem artesanatos com reaproveitamento de tecidos na Enseada do Brito, Palhoça.
- Criando e Costurando – grupo de mulheres da comunidade Tapera, em Florianópolis, que produz jogos de lençóis.
- Mãos Unidas – grupo de mulheres que pintam pano de louça em Biguaçu.
- Mulheres em Ação pela Superação – grupo de mulheres que produzem sabão ecológico em Nova Trento.
- Tecendo Relações – grupo de mulheres que trabalham com costura, bordado e pintura em Itajaí.

O contexto social, político e cultural em que situava o campo de atuação identificado na Ação Social Arquidiocesana, é desafiador, heterogêneo, mas que apresenta um potencial favorável para todo o processo de intervenção. As comunidades onde os empreendimentos estão situados são todas comunidades empobrecidas e vulneráveis sob vários aspectos: pobreza, situadas em bairros distantes, poucas condições de habitabilidade, sejam por ausência de saneamento básico ou por estarem em áreas de risco. As mulheres sujeitas de todo o processo de intervenção, apresentam baixa escolaridade, em sua grande maioria não possuem outra renda fixa; destacam-se muitas usuárias de programas de transferência de renda, como BPC e Bolsa Família, e ainda muitas usuárias dos serviços de atendimento emergencial das Ações Sociais Paroquiais da localidade onde residem.

As heranças culturais de subalternidade, da não participação e da construção coletiva, são marcas comuns em quase todas as mulheres participantes dos empreendimentos. Embora o processo venha demonstrando um salto qualitativo nesse sentido, ainda é visível a resistência em que algumas mulheres tem em contribuir com seus saberes para o coletivo. Avalia-se que os passos estão sendo dados e que alguns primeiros ensaios de participação e empoderamento já são percebidos no coletivo dos grupos.

Nesse sentido, no período de atuação percebeu-se que as questões mais evidentes no campo de atuação da estagiária no projeto são:

1. Desenvolvimento do protagonismo feminino;

2. Desenvolvimento solidário e sustentável;
3. Relações com a comunidade / Organização Comunitária;
4. Avanços nas discussões e nas tomadas de decisão;
5. Fragilidade da participação no Fórum Regional de Economia Solidária;
6. Formação permanente;
7. Baixa escolaridade dos participantes dos grupos;
8. Diversidade cultural;
9. Plano de Negócios;
10. Lutas guaranis;
11. Organização dos catadores;

Contradizendo com o princípio do Desenvolvimento Solidário e Sustentável, muitos grupos ainda não tem uma consciência ambiental formada, muitas vezes optando por utilizar materiais que agridem o meio ambiente. Outros optam por produtos sustentáveis, motivados pela ASA no processo de acompanhamento, mas ainda não é uma preocupação do grupo.

Em contrapartida existem grupos com a base na sustentabilidade, como o “Arte Sustentável”, “Mulheres em Ação pela Superação”, “Kunhangué Rembiapó”, “Pira Rupá” e “Doces do Fortunato”. O primeiro utiliza do reaproveitamento de tecidos para elaborar seus produtos, o segundo produz sabão ecológico, com reutilização de óleo de cozinha, o terceiro e o quarto são artesanatos indígenas e utilizam do seu habitat para criar seus produtos, sem a exploração e o último produz geleias com frutas orgânicas.

Assim como a sustentabilidade, a coletividade foi um tema bastante discutido nos grupos. Em sua maioria a solidariedade e o trabalho coletivo são práticas comuns entre eles, porém alguns empreendimentos estão num processo bem inicial.

Segundo Joaquim de Melo, coordenador geral do Instituto Palmas¹⁵, não se supera a miséria na individualidade, e vê a economia solidária como meio ideal para superá-la.

¹⁵ O BANCO PALMAS é uma prática de SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA no Conjunto Palmeira, um bairro popular, com 32 mil moradores, situado na periferia de Fortaleza - CE. Fonte: <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/2581>

"A lógica da economia solidária é reforçar o coletivo e desenvolver territórios, é incentivar as pessoas a participar da comunidade e a ajudar no desenvolvimento local porque, quando o território se desenvolve, a pessoa cresce com mais facilidade. Diferente do capitalismo, que é a lógica da individualidade. E, sozinha, a pessoa não se desenvolve" (MELO, et al Assunção, 2011)

Compreende-se, nessa lógica, que um grupo não é isolado da sua realidade comunitária e deve-se trabalhar tanto a questão econômica, quanto social, política e cultural. Nesse sentido devem-se apresentar as diversas instâncias comunitárias e a importância de se viver em comunidade com os empreendimentos.

Para nortear as ações sócio-educativas do assistente social, principalmente nas intervenções com os grupos acompanhados, recorre-se a Miotto (2009) ao afirmar que essas ações se estruturam em dois pilares: um relacionado a socialização das informações, pautada na socialização das informações, dos direitos sociais, de modo a contribuir para a formação de uma consciência crítica dos usuários, numa perspectiva emancipatória. Num sentido mais amplo a socialização das informações, compreende em compartilhar saberes, o saber técnico do assistente social, com o saber do usuário, o saber que o mesmo traz de sua demanda. “[...]o direito à informação não está restrito apenas ao conhecimento dos direitos [...] compreende [...] o direito dos usuários de usufruírem de todo o conhecimento socialmente produzido.” (MIOTTO, 2009, p. 502)

O segundo pilar é o processo reflexivo, das ações sócio-educativas, que segundo Miotto (2009) tem como objetivo a formação da consciência crítica dos usuários, durante o processo em que são desenvolvidas as ações. Dessa forma, o processo reflexivo depende das condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria concepção de mundo.

No grupo de mulheres “Kunhangué Rembiapó” o processo aconteceu tanto na perspectiva de socializar as informações de seus direitos e auxiliar na mobilização para garanti-los, quanto na socialização do conhecimento socialmente produzido, dentro dos limites institucionais. Dessa forma a estagiária, junto com a assistente social, nas visitas realizadas, colaborou com as discussões pautadas nas angústias alimentadas pela violação dos direitos da comunidade, apoiando as mobilizações e contribuindo na criação da Associação das Mulheres “Kunhangué Rembiapó”.

No entanto o projeto que a instituição estava executando com a comunidade proporcionou formação de gestão e viabilidade econômica, além dos debates conduzidos pela estagiária no grupo para que elas também pudessem se apropriar desses conhecimentos.

Contudo, a participação comunitária e o comprometimento com o coletivo, são fundamentais para o desenvolvimento do usuário e o fazer do assistente social caminha na lógica da partilha do conhecimento e do processo reflexivo, que fará com que os usuários, de forma coletiva, construam um saber da realidade em que estão inseridos.

Foi a partir desse projeto que a Ação Social Arquidiocesana - ASA se aproximou da comunidade indígena guarani do Morro dos Cavalos, através do grupo de artesanato de mulheres chamado “Kunhangué Rembiapó”, iniciado timidamente por ambas as partes, mas com o passar do tempo criando laços de confiança. Por essa relação tímida inicial as conversas não aconteciam diretamente com as mulheres. Embora todas estivessem presentes, a conversa era com a coordenadora, a atual cacique, que repassava em guarani para as demais e em seguida dava um retorno. Logo isso foi mudando. As mulheres começaram a participar mais das reuniões e, com bastante esforço, cada uma dava sua opinião.

Assim como na comunidade, o número de mulheres que participavam do grupo era bem inconstante. Em tese todas as mulheres da comunidade participavam do grupo, porém algumas eram mais comprometidas, já outras raramente iam às reuniões. Mulheres iam de uma aldeia para outra com bastante frequência, o que resultava numa grande rotatividade de membros do grupo.

As visitas ao grupo “Kunhangué Rembiapó” aconteciam com mais frequência do que nos demais acompanhados pela instituição, pois as demandas eram muitas e confiavam muito com a contribuição técnica da instituição. Elas aconteciam, em média, uma vez por mês e em alguns meses chegando a duas visitas. Inicialmente os assuntos das visitas eram voltados ao grupo, sendo eles o produto, pontos de comercialização, economia solidária, dentre outros, porém com o caminhar do projeto o grupo foi confiando outras demandas, como organização de uma associação de mulheres, na qual buscavam uma verdadeira emancipação do grupo.

Aos poucos, através das visitas, a ASA foi identificando demandas comunitárias, como as condições em que as mulheres se submetem para comercializarem seus produtos¹⁶, a articulação comunitária de reivindicações e captação de recursos, dentre outros, que proporcionou linhas de ações concretas. A comunidade já trabalha num direcionamento para captação de recursos, onde até em sala de aula os alunos já aprendem como elaborar projetos sociais de sustentabilidade da comunidade. Por isso a ASA apresentou o Fundo Arquidiocesano de Solidariedade e foi elaborado um projeto de uma casa comunitária na beira da Br 101, onde as mulheres poderão comercializar seus produtos para os viajantes que querem conhecer a comunidade. Essa casa está em estado de finalização da construção e já está sendo usada.

No grupo de mulheres do Morro dos Cavalos, assim como no Massiambu, a assistente social e a estagiária do projeto acompanharam e apoiaram diretamente o processo de organização comunitária ou de formalização dos próprios grupos de produção, inserindo-se num debate mais político da realidade encontrada. E ainda, acompanhando e participando das lutas e bandeiras que o povo indígena vem perseguindo, tais como: a luta pela demarcação das terras indígenas, que com o processo de duplicação da BR 101 prejudicou todo o processo iniciado há mais de anos; a luta pela saúde pública indígena, que nesse caso é uma política pública que não é executada pelos órgãos competentes (FUNASA e Ministério da Saúde), mas sim terceirizada para uma fundação localizada em São Paulo, que pouco conhece ou se articula com as realidades indígenas. A luta por educação de qualidade e de acordo com a cultura destaca-se a contribuição da ASA no processo de captação de recursos junto a Secretaria de Igualdade Racial da Prefeitura de Florianópolis, para a construção de cartilhas de alfabetização escritas na língua guarani, que traga as experiências e costumes do povo, para ser utilizada com as crianças no processo de alfabetização, evitando as cartilhas convencionais que o Governo Federal encaminha pelo Programa de Livro Didático. E ainda, a atual luta dos povos indígenas é vetar a PEC 215 que define que a demarcação das terras dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais) sejam definidas pelo poder executivo, e não pelo

¹⁶ As mulheres indígenas, sobretudo da comunidade do Morro dos Cavalos, comercializam, agora com menos intensidade como antes, seus produtos nas ruas do centro de Florianópolis. Por se alojarem nas ruas, com seus filhos, muitas vezes são confundidas com moradoras de ruas e tem seus filhos retidos pelo conselho tutelar.

legislativo como prevê a PEC. Esse fato vem provocando um grande movimento em âmbito nacional, da qual obteve êxito e visibilidade na Cúpula dos Povos, realizada agora em junho último junto a Rio+ 20. Essas e tantas outras lutas por direito fazem parte da pauta de discussão das mulheres indígenas acompanhadas pela ASA. Essas discussões eram trazidas pela própria comunidade, que já está bastante articulada, e solicitava o apoio técnico e humano da instituição.

Esse apoio e acompanhamento se deram através de assessoria na construção do Estatuto e orientação de cada passo para constituir a Associação de Mulheres, conforme o Código Civil Brasileiro. Para o grupo “Kunhague Rembiapó” essa inserção está auxiliando as artesãs a criar a Associação de Mulheres da comunidade com a finalidade de fortalecer a autonomia profissional e retomar a cultura que vem se perdendo no decorrer dos anos e da construção de projetos de captação de recursos.

O projeto também proporcionou à comunidade o Curso de Gestão e Viabilidade Econômica, curso no qual a comunidade sempre estava em maior número e sempre motivados em estar conhecendo outras realidades. O curso foi dividido em 6 etapas durante os dois anos de execução. O resultado do curso era a elaboração do Plano de Negócios do Empreendimento, que como citado anteriormente, não foi concluído por não condizer com a realidade do grupo. No entanto questões do plano de negócios foram debatidas no grupo de outras maneiras, bem como a comercialização (ponto, marketing, produto, etc), divisão de tarefas, dentre outras questões específicas. Houve participação da comunidade nas Oficinas de Plantas Mediciniais, Hortas Comunitárias e Comunicação Social para Jovens, tendo como encaminhamento a construção de uma horta comunitária na comunidade, uma oficina de continuidade da de Plantas Mediciniais e um grupo de jovens que cuidará da comunicação da aldeia.

4.2. A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS GUARANI DO MORRO DOS CAVALOS NA ÓTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

É evidente, frente a todas essas questões, a relação do exercício profissional com as relações de gênero, na qual a maioria dos membros dos empreendimentos é mulher, nas diversas culturas e condições sociais.

Nesse contexto nota-se um avanço significativo do protagonismo feminino, sobretudo na comunidade indígena do Morro dos Cavalos. Nas primeiras visitas ao

grupo da comunidade, e não diferente nos outros empreendimentos, as mulheres pouco falavam, se envolviam nas conversas, e em alguns casos eram representadas por uma única pessoa, inclusive na presença nas reuniões.

Segundo o novo dicionário Aurélio (1975, p. 1148) a palavra protagonista vem “[Do Gr. *Protagonistés*, ‘o principal lutador’.] s. 2 g. **1.** A personagem principal de uma peça dramática. **2.** Pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar em um acontecimento”.

Segundo Eunice Antunes, atual Cacique da aldeia do Morro dos Cavalos e pioneira do grupo de Mulheres Kunhangué Rembiapó, o grupo foi criado com o objetivo de fazer com que as mulheres se reconhecessem como uma peça importante dentro da história da comunidade e que devem questionar, opinar e se fazer presente.

Eunice, desde sua adolescência se sentia discriminada por ser mulher, pois, segundo ela, os homens não davam importância aos questionamentos femininos. No entanto foi a primeira mulher a concluir o ensino médio, fazendo-o em escola convencional. A educação e o conhecimento sobre legislação e similares fez com que, a partir de 2003, começasse a confrontar a estrutura discriminatória que havia na aldeia e lutava para que as pessoas compreendessem que isso deveria mudar. Quando morava na aldeia de Biguaçu era coordenadora pedagógica do grupo guarani do estado que fazia magistério e na perspectiva de realizar o primeiro trabalho relacionado à Educação Diferenciada criou um grupo, chamado Kunhangué Rekó, que significa “Vida das Mulheres”, sobre a educação e saúde da mulher na aldeia, na qual teve início com as alunas e se estendeu para as mulheres da comunidade.

A sua ida para a comunidade do Morro dos Cavalos se deu por uma briga com o cacique que resultou na expulsão de Biguaçu e na nova comunidade queria dar continuidade ao trabalho iniciado. Novamente a partir da escola começou a conversar com as mulheres para compreender esta realidade, porém analisou que a demanda era diferente, em Biguaçu era a saúde da mulher e no Morro dos Cavalos era sobrevivência, sobretudo na forma de comercialização dos produtos.

Nesse último, as mulheres comercializavam seus artesanatos no centro da cidade de Florianópolis, onde eram, e ainda são, discriminadas, confundidas com

moradoras de rua, na qual seus balaio servem para receber moedas e “esmola” e muitas vezes foram denunciadas ao conselho tutelar por estarem na rua com seus filhos.

Esse novo grupo foi chamado de “Kunhangué Rembiapó”, ou seja, “Trabalho das Mulheres”, e além de buscar conhecer seus direitos de condições dignas de vida e de trabalho, buscaram projetos, como o “Carteira Indígena”, que financiou oficinas de artesanato e matérias primas e um projeto que desenvolveu o designer do grupo, criando sacolas, folders de divulgação, dentre outros, com o apoio do IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina.

Com toda essa mobilização as mulheres foram criando força na comunidade, sobretudo coragem para questionar os homens, o que se tornou “normal” na comunidade. Até mesmo os homens e os jovens queriam se reunir em grupos. A força que o grupo conquistou nesse período fez com que indicassem uma delas, a Eunice, na eleição para Cacique, fazendo com que pela primeira vez na história da comunidade uma mulher fosse eleita Cacique.

Atualmente estão mobilizadas para a criação de uma associação do grupo “Kunhangué Rembiapó”, para que mais projetos apoiem a organização e a geração de trabalho e renda das mulheres.

Através da sua história de organização, pode-se analisar que a Economia Solidária foi o meio encontrado para que as mulheres compreendessem seu papel dentro da comunidade, sobretudo através da autogestão e da ação coletiva, na qual a pioneira do grupo desenvolveu apenas o papel de catalisadora, mas todas tiveram igual participação. Assim afirma Castanheira e Pereira,

As práticas de economia solidária e seus fundamentos teóricos apontam para uma forma e conceber e realizar a cidadania no e pelo trabalho, por meio dos princípios da solidariedade, da propriedade social ou coletiva dos meios de produção e da conquista de meios voltados para sua viabilidade. (Castanheira & Pereira, 2008, p. 118)

Falar de protagonismo é um assunto muito intrigante, difícil e importante, principalmente entre os assistentes sociais. O sujeito raramente é consultado e incentivado a participar de processos de decisão na política, na comunidade, etc. No entanto o assistente social tem um papel importante de envolvê-lo nesse processo. Deve-se compreender que “a melhor maneira de motivar as pessoas a executarem

alguma coisa é envolvê-las no processo decisório anterior” (Boran, 2001, p. 226) e para isso vê-se como estratégia o trabalho coletivo.

Na comunidade indígena, o trabalho coletivo, resultou na participação e no protagonismo por vários fatores. Primeiramente foi necessário conscientizar, conhecer seus direitos e a conjuntura política, econômica e social. Conhecer a importância da cultura, afinal “somente um povo com raízes pode ter identidade e sentir orgulho como povo” (Boran, 2001, p. 133). Reconhecer, também, elementos autoritários e discriminatórios que há dentro da comunidade.

Para Paulo Freire a pessoa humana não somente cria cultura, mas também é construtora da história. O povo do meio popular vive num círculo de pobreza. É preciso romper esse círculo. É preciso fazer uma opção pela transformação. Mas para lutar contra os problemas provocados pela pobreza e fazer a história é necessário compreender a *situação* e os elementos da sua cultura tradicional que a mantêm em situação de passividade. *Ninguém luta contra algo que não compreende*. Aceita com resignação. O povo introjeta a imagem de inferioridade que a classe dominante faz dele. Um povo com complexo de inferioridade não resiste; desiste. Para que o povo seja sujeito da história e não vítima dos elementos alienantes na sua cultura, Paulo Freire propõe o processo de conscientização. (Boran, 2001, p. 134)

Portanto, há quem acredita que a cultura moderna é uma invasão da cultura dominante, que além de dominar a economia, querem dominar a cultura. Sabendo que a tecnologia está se inserindo cada vez mais rápido nas comunidades indígenas essa compreensão se faz necessária, fazendo com que as comunidades estejam preparadas para enfrentar essa inculturação. Nesse sentido é que se conduzem as principais discussões no grupo Kunhangué Rembioapó. A preocupação de recuperar costumes tradicionais e não perder a identidade é o que norteia os projetos sociais de captação de recursos escritos pela comunidade, como iniciativa das mulheres, seguido pelos jovens estudantes.

Analisa-se nesse processo o momento em que as mulheres assumem “a direção” e deixam de serem meras executoras da vontade masculina. Essa postura empolga a organização feminina e o que motiva a organização de outros grupos. Nesse momento se estabelece um desafio para o profissional que acompanha e assessora sua organização; como acompanhar, orientar, sem interferir no protagonismo das mulheres, e sim potencializar?

Na atuação com os grupos, primeiramente foi necessário que as mulheres assumissem a responsabilidade. Determinar de quem é a responsabilidade é necessário para que elas possam tomar as iniciativas e não ficar esperando por ninguém. Segundo, quem coordenava as reuniões eram elas, pois o grupo tem que ser o primeiro instrumento em que elas se sentem responsáveis. O cuidado com o posicionamento profissional foi fundamental, para que a reunião não fosse tomada por falas do assistente social como uma chuva de informações, na qual as mulheres fossem apenas receptoras. Terceiro, foi necessário humildade para “ficar em segundo plano”, afinal, como diz o ditado popular “ninguém é tão grande que não possa aprender e nem tão pequeno que não possa ensinar”. O assistente social, nesse processo, toma um posicionamento de assessoria, e para Boran (2001) o assessor “acredita na importância de uma pedagogia participativa e na necessidade de superar uma educação de cima pra baixo.” Deve-se evitar trazer soluções e idéias prontas, pois assim mata a discussão e todos ficarão sempre esperando por essa solução, o que não exercita sua criatividade e impede que adquiram confiança na sua própria potencialidade.

Contudo, isso por si só não garante o protagonismo, mas torna-se impulsionador. Segundo Canclini (1982) e conforme se discutiu anteriormente, as relações indígenas não estão isentas das ideologias capitalistas. O individualismo e a competitividade fazem parte da realidade. A questão econômica e a comercialização do artesanato apenas transformam o cenário de exploração.

A promessa de melhorar a condição dos artesãos tornando-os assalariados ou oferecendo-lhes um novo papel subordinado dentro de outro tipo de exploração, é uma variação pouco imaginativa de antigas manobras semelhantes. (CANCLINI, 1982, P. 139)

Para esse mesmo autor, o desafio é que

Não será suficiente para os artesãos uma política que se reduza a preservar a tradição cultural (haja vista o êxodo dos jovens e a persistente miséria daqueles que permanecem em povoados inalterados) nem a mera incorporação econômica ao mercado e ao consumo capitalistas (pensemos nos artesãos convertidos em assalariados de empresários que descaracterizam os seus padrões culturais para torná-los competitivos em troca de salários medíocres). (CANCLINI, 1982, p. 140)

Portanto, a luta é transformar o sistema econômico que vem determinando as relações sociais, afetando até mesmo as comunidades tradicionais, podendo assim

pensar em relações de autonomia, solidariedade, coletividade, socialização das riquezas produzidas, etc. Para isso é necessário que a luta não seja isolada e que as reivindicações não sejam fragmentadas. Para poder superar tamanha estrutura é necessário que os diversos setores das classes oprimidas se unam nessa luta (indígenas, operários, camponeses, dentre outros), como afirma o autor.

Mas como a opressão sofrida pelos índios é compartilhada, de várias maneiras, pelos demais setores populares, e como o poder étnico isoladamente não conseguirá transformar o sistema global, as lutas indígenas necessitam ser articuladas com as organizações representativas dos operários, dos camponeses, e de todos os setores subalternos. Isto significa que os grupos étnicos, a partir de uma adequada caracterização da sua dominação, devem atribuir um sentido anticapitalista (e não simplesmente anticolonialista) a suas lutas, e que os partidos políticos e os movimentos sindicais devem reconhecer a opressão étnica e nos conflitos culturais o seu caráter de problemas específicos, caráter que é freqüentemente descuidado. (CANCLINI, 1982, p.143)

Mais que lutar por direitos trabalhistas, reforma agrária, economia solidária, dentre outras frentes de luta, é necessário que cada movimento reconheça a luta em comum, uma nova ordem societária, ou seja, transformar a realidade em que se vive e acabar com as ofensivas do capitalismo.

4.3. O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS GUARANÍ DO MORRO DOS CAVALOS

A economia solidária é um campo muito desafiador para o assistente social, sobretudo por ser um tema pouco discutido na academia e os amparos teóricos não dão conta de dar resposta as demandas surgidas para o profissional.

Para tanto, no período de estágio, muitos desafios foram encontrados, sobretudo por ter que intervir junto a grupos recém formados e por terem pouco conhecimento sobre a temática da economia solidária. O primeiro desafio encontrado foi o processo de conscientização e percepção de que o empreendimento está organizado diferente do modelo capitalista. Embora todos tinham ciência desse novo modelo, ainda é visível que os empreendedores não se vêem como grupo e como “donos do negócio”, há a dificuldade de compreender que não existe alguém que mande, que seja o patrão, e essa estrutura acontece de forma inconsciente. Um segundo desafio se relaciona à gestão do negócio. Os grupos de produção, geralmente, são formados por

peessoas que saibam produzir tal produto, mas pouco conhecimento tem sobre planejamento e gestão e também com relação ao mercado. Como garantir a comercialização dos produtos? É necessário um local para comercialização, ponto adequado, bom marketing, políticas públicas de apoio a esses empreendimentos, estudo sobre o público alvo, etc. Portanto, assim como o profissional orienta no planejamento de associações, grupos e projetos sociais, há outro cenário desse planejamento que deve ser compreendido. Um terceiro desafio é, num primeiro contato, a submissão que as mulheres tem às suas famílias e no seu jeito de ser. A participação das mulheres nesses espaços e nos encontros da economia solidária, muitas vezes, está condicionada às relações familiares, sobretudo, a permissão do marido.

Frente a essas demandas, percebe-se a necessidade que o acompanhamento aconteça de forma sistemática e freqüente, proporcionando um relacionamento mais direto entre profissional e usuários. Embora se considere que o assistente social atua na economia solidária de duas maneiras, uma indireta, através de orientação para elaboração de projetos de sustentabilidade (captação de recursos), nesse caso a forma direta é a mais adequada, fazendo-a através das seguintes ações:

- Construção de um grupo, ou seja, de um espaço participativo, na qual as mulheres vão reconhecendo sua capacidade e valorizando seu trabalho, resultando no seu empoderamento;
- Contribuir para o processo de formação sócio-educativa, garantindo suporte social, a partir do acesso à informação e aos direitos sociais do indivíduo e da família;
- Orientar sobre as diferentes formas de gestão e planejamento;
- Garantir o processo de educação popular através de debates e conscientização sobre a realidade social e a barbárie do capitalismo;
- Possibilitar a inserção do grupo em redes e no movimento de economia solidária;
- Incentivar a participação no âmbito comunitário, como associações de moradores e conselhos comunitários.

Considera-se que o fato de conceber o empreendimento como membro de uma rede de organizações e instituições que são necessárias para se garantir a cidadania abre um leque de possibilidades de atuação profissional, pois na economia solidária o empreendimento não existe de forma isolada. Ele, além de demandas econômicas, traz demandas familiares e comunitárias. O trabalho coletivo é um instrumento para a emancipação dos sujeitos envolvidos e o envolvimento comunitário faz com que o usuário passe a assumir seu papel na sociedade e se reconheça como um sujeito da práxis. Para tanto, a economia solidária, por se tratar de uma organização autogestionada, de igual participação nas decisões econômicas, políticas e sociais, é considerada um instrumento de construção de sujeitos protagonistas na história dos grupos e da comunidade, como analisa Ronconi:

A grande diferença que existe entre os projetos de economia solidária e os projetos em que o cidadão, auxiliado pela assistência social, recebe benefício através do Serviço Social, está em que nas organizações da economia solidária o cidadão passa a ser o “protagonista da sua própria história”. (Ronconi, 2003, p. 191)

Em se tratando do exercício profissional do Serviço Social, resgata-se ainda o Código de Ética do assistente social, onde um dos princípios fundamentais da profissão é “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero”, portanto, ao debater a economia solidária e a relação de empoderamento dos sujeitos envolvidos, dando destaque à mulher, considera-se um tema muito importante para constituir um projeto profissional. Essa afirmação é possível por vários fatores. Primeiramente através do apoio e assessoria aos movimentos sociais, haja vista que a economia solidária é considerada um movimento social, na qual vem se constituindo um forte ator no cenário das políticas públicas brasileira.

O acompanhamento direto ao movimento da economia solidária é possível a partir dos fóruns, regionais, estaduais e nacional, na qual acontecem reuniões periódicas. Essas reuniões são pautadas com debates, lutas e articulações entre os empreendimentos que participam, a fim de que o movimento e seus membros estejam fortalecidos e contam com o apoio de diversos profissionais que compõem entidades e gestão pública. Nesses espaços de articulação do movimento, principalmente, o trabalho se torna interdisciplinar, por reconhecer a pluralidade de profissões que apóiam e acompanham a Economia Solidária. Pode-se citar o apoio de sociólogos, advogados,

economistas, dentre outras profissões que colaboram de forma isolada em determinadas situações.

Em segundo lugar, a economia solidária é um movimento que tem como objetivo construir outra economia, na qual reestrutura a realidade societária que existe hoje, sendo uma opção concreta e real para a construção de uma nova ordem societária. Embora possa parecer muito complexo de se trabalhar no dia a dia, é possível que o profissional faça essa opção em diversos espaços do seu cotidiano. Para quem trabalha direto com a comunidade, como no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, por exemplo, é possível organizar grupos, de usuárias do Bolsa Família ou não, fornecendo formação e apoio, ao invés de cursos profissionalizantes que reproduza os interesses da classe dominante e forme mais mão de obra que não garante a elevação da classe social. Os cursos de manicure são exemplos de que o usuário é formado apenas para continuar submetido ao mercado de trabalho capitalista.

Yolanda Guerra (2000) retrata a instrumentalidade, reduzida ao fazer profissional, como uma ação que reproduz os interesses do capital e mantém a ordem, como algo historicamente construído.

Instrumentalidade do assistente social face ao projeto burguês como a capacidade que a profissão porta de ser convertida em *instrumento*, em meio de manutenção da ordem, a serviço do projeto reformista da burguesia. Neste caso, dentro do projeto burguês de reformar conservando, o Estado lança mão de uma estratégia histórica de controle da ordem social, qual seja, as políticas sociais, e requisita um profissional para atuar no âmbito da sua operacionalização: os assistentes sociais. (Guerra, 2000, p.8)

A instrumentalidade do Serviço Social são ações constituídas historicamente que interfere diretamente nas suas atribuições, sobretudo nas políticas sociais, na qual a compreensão do estado é esta citada por Guerra e se espera do profissional ações imediatas. Isso pode acontecer quando a intervenção profissional se reduz à dimensão instrumental, ou seja, se torna um instrumento do capital.

Ao invés disso, a proposta da economia solidária é que esses recursos públicos sejam utilizados para incentivar iniciativas de autogestão, coletivas, solidárias e sustentáveis para de fato transformar a realidade dos usuários. Ou seja, “quando as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações

(econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias”. (Guerra, 2000, p. 11)

Para os profissionais que atuam em âmbitos mais amplos, como o CAPS – Centro de Apoio Psicossocial é possível trabalhar na inclusão social e econômica com os usuários também através da economia solidária. Ao participar da V Plenária Estadual de Economia Solidária, que ocorreu em agosto de 2012, tive a oportunidade de conhecer um delegado do Fórum Regional de Blumenau que era portador de deficiência e que relatou que através da economia solidária ele, e seus colegas, passaram a se sentir mais úteis na sociedade. Esse homem frequenta o CAPS, onde teve a oportunidade de formar o empreendimento, em que além de incluí-lo na vida social, é uma forma de geração de trabalho e renda.

Inclusive os profissionais que trabalham na área de gestão tem a oportunidade de levar para a pauta de governo a elaboração de políticas públicas de incentivo à economia solidária, elaboração de projetos e programas na geração de trabalho e renda, levando debates sobre o tema às bases da assistência social, além de por na pauta das formações profissionais.

Nessa lógica o fazer profissional necessita ser mais crítica e emancipatória, assim como afirma Guerra (2000):

Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectados a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológico e princípios ético-políticos. (Guerra, 2000, p.11)

Portanto há uma terceira condição da instrumentalidade, a mediação. Essa é a instrumentalidade assumida pelos profissionais, que exige uma ação mais crítica e transformadora, na qual enxergam as políticas sociais, projetos e programas como um instituinte e não instituído. Ou seja, as ações imediatas fazem parte do cotidiano profissional e são exigidas pelos contratantes, considerando que o assistente social é um profissional assalariado. No entanto parte de um compromisso profissional fazer uma mediação entre as ações instrumentais e o exercício crítico e competente.

Tratar-se-á aqui da instrumentalidade como uma mediação que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o

exercício profissional crítico e competente. Como mediação, a instrumentalidade permite também o movimento contrário: que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano. (Guerra, 2000, p. 12)

Essa instrumentalidade permite com que o profissional possa adaptar as teorias tradicionais da formação, bem como as teorias marxistas, aos objetivos específicos profissionais, como nesse caso a Economia Solidária e o protagonismo feminino.

Em terceiro lugar, essa nova ordem societária que consta no código de ética, sem dominação, ou seja, exploração de classe, etnia e gênero se torna foco para o profissional através das experiências relatadas nesse trabalho na medida em que o profissional se deparou com comunidades indígenas e grupos de mulheres que buscavam seu empoderamento. Diante de uma sociedade em que as mulheres, ainda mais negras ou indígenas, são vítimas de violência diariamente, dentre elas a discriminação e a violação dos seus direitos constitucionais, o profissional de Serviço Social não deve se calar.

Segundo Teresa Kleba Lisboa (2008), “nas últimas décadas, constata-se que a exclusão social e a pobreza absoluta tem aumentado no Brasil e na América Latina e o predomínio de mulheres entre os pobres é consequência do desigual acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais.”(p. 1). Para o empoderamento feminino e desenvolvimento da igualdade de gênero, considera-se importante cinco dimensões: “participação econômica; oportunidade econômica, empoderamento político; conquistas educacionais; saúde e bem estar.” (Lisboa T. K., 2008, p.1)

Na economia solidária, principalmente no grupo “Kunhangué Rembiapó”, busca-se o empoderamento em quatro dessas cinco dimensões. A participação econômica acontece no momento em que elas se encontram para produzir e comercializar, de forma participativa, na qual todas tem direito a voz e voto, embora a renda gerada pelo artesanato não seja suficiente para sobrevivência e nem sejam reconhecidas socialmente. Portanto, além de serem responsáveis por uma parte da renda familiar, ainda o faz a partir do empoderamento político. Com a discussão da economia solidária, cursos de gestão e oficinas na qual estão participando contemplam a oportunidade econômica, que prevê a qualidade do envolvimento econômico das mulheres. O empoderamento político é possível detectar através tanto da participação

dentro do empreendimento, quanto na comunidade, onde cada uma vem assumindo seu papel, tendo representatividade nas tomadas de decisões e direito a voz. As conquistas educacionais foram contempladas no segundo capítulo desse trabalho, mostrando o papel importante da mulher no processo educacional da aldeia, que resultou na força da organização comunitária e na participação no Curso de Licenciatura Indígena da UFSC. A saúde e o bem-estar ainda são lacunas grandes que há para explorar, mas que já é uma preocupação de algumas lideranças.

Considera-se, assim, os espaços participativos e a organização coletiva como principal estratégia para que as pessoas se tornem protagonistas e assim possam superar a pobreza e a situação em que vivem.

No entanto, segundo Lisboa, 2010, embora o contexto histórico profissional direcione a assistente social para a questão de gênero, pela característica da profissão, esse encontro não aconteceu, pois enquanto o movimento feminista se manifestava nas ruas brasileiras o Serviço Social surgia na lógica mantenedora do poder e da exploração. No Brasil, o serviço social teve avançado na sua teoria libertadora, mas que ainda ignora as questões de gênero, introduzindo teorias universais, como as marxistas, e que não se debruçam em questões específicas encontradas no dia a dia da profissão.

Este movimento [Movimento de Reconceitualização do Serviço Social] teve um importante papel na medida em que pretendeu romper com as teorias importadas e trabalhar na realidade do povo brasileiro. Porém, ao incorporar a teoria marxiana, a profissão sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero. (LISBOA, 2010, p. 67)

Contudo, na resposta para o que fazer diante desse tema segundo Lisboa é:

Entende-se como necessário que as (os) assistentes sociais se reconheçam como sujeitos históricos, com capacidade para utilizar ferramentas que deslegitem uma visão estabelecida de realidade social, desconstruindo o sujeitamento da profissão ao longo da história e constatando que o Serviço Social no Brasil tem passado por sucessivas crises de identidade, justamente porque o discurso imposto pela academia não condiz com as práticas do cotidiano que envolvem incessantemente dimensões da vida que vão além da classe. (Lisboa, 2010, p. 74)

Para tanto, a pesquisa e a produção do conhecimento são instrumentos fundamentais para desconstruir tais visões, na qual as (os) assistentes sociais devem assumir essa responsabilidade, tanto no âmbito acadêmico, mas principalmente nos diversos campos de atuação profissional.

É a partir da produção do conhecimento das práticas dos (as) assistentes sociais nos campos de trabalho que aos poucos a teoria e a prática vão se aproximando e a academia vai formando profissionais preparados para as práticas com as quais vai se deparar no dia a dia. A articulação entre a teoria e prática, se torna, então, muito importante para o fazer profissional e para a formação de novos profissionais.

No entanto, é necessário compreender o papel do serviço social frente às demandas de geração de trabalho e renda, dando sequência ao amparo aos EES e às relações de gênero que perpassam por esse trabalho.

Lisboa & Ribeiro (2012) afirmam que para que a intervenção profissional caminhe em direção dos interesses dos usuários, primeiramente, é necessário se apropriar do objeto de intervenção profissional, na qual muitos autores definem esse objeto como as diversas expressões da questão social, sendo, nesse caso, o desemprego estrutural e a luta por outra economia, as relações de gênero e o protagonismo feminino e questões de raça/etnia. Ao se apropriar do objeto de intervenção e acolher o usuário, o profissional se depara com pessoas em situação de vulnerabilidade, na qual deve atuar na perspectiva de superar a realidade em que vivem.

O assistente social intervém na perspectiva de fortalecimento, inclusão, garantia de direito e de resgate da cidadania desse sujeito. Recuperar sua condição de cidadão pressupõe potencializar o exercício profissional, articulando o individual ao coletivo; [...] Priorizar o trabalho coletivo, com ações a partir dos locais onde habitam os usuários, através de encontros entre os moradores, assembleias, processos de grupo é uma importante perspectiva metodológica no processo de interventivo da profissão. É aqui, também, que se abrem as possibilidades para um trabalho que contemple a dimensão do controle social pelos cidadãos, em relação ao Estado. (Lisboa & Ribeiro, 2010, p. 146)

Lisboa ainda propõe que

“os profissionais de Serviço Social devem atuar como facilitadores do processo de empoderamento, na medida em que despertam nas mulheres condições de mudança em relação a sua consciência, aos

seus direitos e capacidades, possibilitando dessa forma, sua autonomia e inclusão nas políticas sociais.” (Lisboa T. K., 2008, p. 5)

Os assistentes sociais inseridos nesse contexto tendem a assumir uma configuração particular no terreno das intermediações, pois a plataforma de princípios e diretrizes do movimento encontra suporte no projeto ético-político da profissão, comprometido com a democracia, com a cidadania, com a igualdade e na defesa da construção de uma sociedade justa, equânime e participativa. No entanto os meios de comunicação retratam diariamente situações de violência, fome, miséria, morte, dentre outros e o cotidiano de um assistente social se depara com isso e muito mais. A injustiça, exploração, violência e desigualdade são coisas que indigna muita gente. Uma profissão que faz uma leitura tão crítica da sociedade tem nos seus princípios fundamentais a construção de uma nova ordem societária.

Em meio a tudo isso qual é a postura a ser tomada pelo profissional? O que fazer para construir essa nova ordem societária? Como combater essas situações? Eis um grande desafio que frente às demandas oprimidas e à sobrecarga de trabalho do profissional reste um tempo para uma ação transformadora.

Porém, para respeitar o código de ética, não cabe apenas reconhecer a realidade, compreender as correlações de forças e as contradições do capital, não basta esperar as boas condições para agir. É necessário ter um papel ativo no reconhecimento. O profissional ativo reflete, questiona-se, assume responsabilidades de forma consciente e responsável. Portanto a vida ética consiste em ter consciência, ter vontade, ser responsável e ser livre. De fato não é fácil optar por uma vida ética, pois exige comprometimento e movimento. Faz com que o sujeito saia da sua “bolha de conforto” e se arrisque.

Há muitos anos atrás a mulher não era reconhecida como sujeito, pois quem assumia a responsabilidade dos seus atos era o pai ou o marido. Tudo era escolha do outro e ela apenas executava uma ordem. No entanto reconhecer sua subalternidade e submissão foi um primeiro passo, mas sua transformação só aconteceu no momento em que assumiu sua realidade e lutou pela sua emancipação. Isso exigiu e ainda exige que assumisse outras responsabilidades, porém ainda há muita luta para que seja autônoma, ou seja, dar para si mesmo suas próprias regras, dar para si a justificativa de suas escolhas de forma consciente.

Isso é libertar. A pessoa só é livre quando tem conhecimento e sabe fazer escolhas conscientes. Aí está um papel importante para o assistente social, portanto ela é a capacidade de conhecer o mundo para saber quais são as possibilidades e os limites. A liberdade é movida pela ação, pois querer e não fazer não expressa liberdade, mas para poder transformá-la é preciso conhecer e entender a realidade.

O código de ética do Serviço Social de 1993 cria uma identidade profissional direcionada à uma sociedade justa e democrática. Reconhece-se outros sujeitos além da classe trabalhadora, os usuários das políticas sociais. O código carrega orientações acordadas pelo coletivo e é guiado por princípios, sendo no total de 11. Porém está relacionado às escolhas profissionais.

O primeiro princípio do código de ética é, justamente, a liberdade. Ela representa a autonomia profissional, é o resultado das escolhas, do conhecimento e condições objetivas, o que resulta no produto da ação profissional. Assim o conhecimento se torna práxis.

Obedecendo a ordem do geral ao particular, o primeiro princípio é o do *reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerentes: autonomia, emancipação e pela expansão dos indivíduos sociais*. [...] o conceito de liberdade que a que faz referência o Código de Ética dos Assistentes Sociais exige a sua própria redefinição, apontando para uma nova direção social, que tenha o indivíduo como fonte de valor, mas dentro da perspectiva de que a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos. [...] Sabe-se, contudo, que esse projeto de realização da liberdade é colidente com a dinâmica social capitalista, que em si é limitadora da liberdade, quase sempre reduzida aos seus termos formais e jurídicos. (Paiva & Sales, 1996, p. 181)

Por fim, pontuar-se-á os instrumentos e técnicas que, ao longo da história da profissão foram consolidados e que é base no cotidiano do assistente social. As reflexões a partir desses instrumentos contribuirá para compreender o período e estágio e a intervenção profissional nesses espaços.

Sarmiento (2005) pontua como instrumentos o *Relacionamento, a Observação, a Informação, a Reunião, a Abordagem, a Entrevista e a Visita domiciliar*. O instrumento mais utilizado no período de estágio foi a **reunião**.

Desta forma caracterizamos a posição que ocupam os instrumentos em nossa ação profissional e, conseqüentemente, situamos que a reunião está inserida na prática com grupos, vindo a ser utilizada como

instrumento privilegiado para intervenção nas relações grupais, da mesma maneira que pode ser utilizada em outras práticas profissionais. (Sarmiento, 2005, p. 37)

A reunião foi um instrumento utilizado para que as relações grupais acontecessem a partir dos fóruns, visitas aos empreendimentos de economia solidária e articulação das atividades realizadas pela instituição. Para realização das mesmas, mesmo que não fossem coordenadas pela assistente social, eram elaboradas pautas, determinado um tempo, contava com a participação de todos os presentes, redigido atas, etc. A reunião, como instrumento profissional, pode ser providenciada pelos próprios membros ou pelo profissional, mas que com a prática executada com os grupos acompanhados permitia que a vida do grupo fosse autônoma e independente do profissional.

As reuniões que aconteciam nos EES tinha como objetivo “aplicar a intervenção para o desenvolvimento social do grupo e de seus membros.” (VIEIRA 1979: 176 apud SARMENTO, 2005, p. 37), as do fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis tinha como objetivo “informar os membros sobre assuntos que os interessam ou relacionados com a situação social-problema” e articular as reivindicações como meio de conquista de direitos do movimento e para então organizar as atividades de interesse do grupo ou dos usuários aconteciam reuniões que, sempre que possível, contava com a participação de representantes dos empreendimentos.

O Relacionamento é, e foi nesse caso, outro instrumento muito utilizado pela estagiária, na medida em que permeia toda sua atuação. Ao lidar com os usuários e com os grupos o relacionamento determina o sucesso ou fracasso de sua atuação. É necessário ter certas habilidades, bem como *saber ouvir, ter humildade, paciência* para ouvir problemas e situações e buscar junto uma saída, *ter empatia, competência* dentre outras que conquiste a confiança das pessoas e faça com que seja possível realizar qualquer tipo de intervenção.

A relação profissional, nesta perspectiva, difere grandemente das relações formais em sociedade, pois, o assistente social “deve ser uma pessoa de natureza agradável com jeito para fazer amizades, deve estar disposta a entrar em contato com a experiência emotiva de outrem, a ouvir o ponto de vista que tem a respeito dos seus problemas e de palmilhar pacientemente com ele o caminho para a solução de suas dificuldades” (HAMILTON, 1958 apud SARMENTO, 2005, p. 18)

A **Observação** é um meio muito importante para conseguir analisar correlações de forças e acontecimentos que possam contribuir para chegar numa conclusão prática e interventiva. Ela identifica questões subjetivas que não é possível identificar em visitas e conversas com as pessoas.

Para esta atitude de constatação prioriza-se a observação direta do cliente, sua pessoa, maneira de falar, suas atitudes, gestos e olhar, sua maneira de ser, seu comportamento, seu modo de vestir. [...] Caracterizando, este ver as coisas como realmente são, implica em uma postura treinada e assídua onde, não basta observar, devendo-se procurar compreender o que a observação revela, para isto deve-se estar apto a poder julgá-la e interpretá-la acertadamente. (SARMENTO 2005, p. 23).

Numa reunião ou num grupo muitas orientações são mais de acordo com que se observa do que se relatam. Muitos acontecimentos, que não são relatados pelo grupo, mas que interfere no seu cotidiano, podem ser descobertos apenas pela observação.

Compreendendo que a documentação é uma maneira de organizar as informações absorvidas pelo profissional para estar a serviço do usuário e dos demais profissionais é que a estagiária usava-se do instrumento de **Informação** no seu cotidiano, através de relatórios das atividades, mensais, monitoramento, semestral e anual. Além destes, documentos como estudos, planejamento, projetos, também são considerados parte desse instrumento.

No entanto, para apreender a informação, como um potencializador valioso em nossas ações, ela precisa ser concebida como um instrumento que organiza e veicula informações de interesse da população e do assistente social. e a veiculação de informações torna-se elemento essencial, pois possibilita que sejam introduzidos, transmitidos e propagados conteúdos crítico-reflexivos ao conjunto de dados dispostos a população, permitindo também, oportunizar a criação de um espaço a difundir conhecimentos sobre novas maneiras de pensar e agir, que se constituem processualmente. (SARMENTO, 2005, p. 29)

Por fim a **Abordagem**, segundo Sarmento (2005) “*permite a criação de um espaço para o conhecimento (e intervenção) desencadeando um processo de ação-reflexão (crítica) com a realidade entre os sujeitos envolvidos*” (p. 32). Nesse espaço cria-se momentos de diálogo, onde pode-se tomar conhecimento de informações necessárias para a intervenção profissional e estabelecer novas relações.

Portanto, o fazer profissional exige práxis e escolhas conscientes. A escolha pela economia solidária e empoderamento das mulheres exige comprometimento e crença de que outra economia é possível e acontece e é apenas na coletividade que a miséria pode ser superada. Apenas conscientes que os usuários poderão tomar escolhas com liberdade.

É nessa perspectiva que surge ao Serviço Social um riquíssimo campo de atuação de articulação da classe trabalhadora e combate aos meios de produção desigual e injusta imposta pelo capital. E é reconhecendo que “a economia popular solidária surge em um contexto de crítica ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria e depredando o meio ambiente” (CÁRITAS, 2003, p.76) que a aluna propõe-se descrever essa experiência.

Por fim, ressalta-se a importância do Serviço Social se abrir para a questão étnica, juntar-se às lutas indígenas e vivenciar experiências riquíssimas de conhecer e contribuir para o fortalecimento da cultura guarani, sobretudo das iniciativas do protagonismo feminino. Essa passagem pela comunidade fez com que fosse possível compreender a verdadeira história desse povo que foi tão violentado e que não buscamos sair do senso comum ao julgar atitudes transmitidas pela mídia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estágio, que compreendeu um período de dois semestres, proporcionou que a estudante conhecesse uma experiência de economia solidária, acreditasse e se unisse ao movimento por uma nova ordem societária.

No entanto, esse estudo serviu para dar continuidade à discussão sobre a Economia Solidária e não para chegar numa conclusão. Considera-se, a partir dos desafios, que há muito que se estudar e avançar nesse tipo de trabalho. Há muitas ideologias para serem rompidas e muitas realidades para serem enxergadas.

Porém, pretendia-se, primeiramente, que esse tema se propagasse cada vez mais entre a categoria profissional, para que possamos, através do nosso trabalho, potencializar essas iniciativas. Também que a academia se aproxime cada vez mais das questões de gênero, raça e etnia, já que essa profissão é composta por 95% de mulheres e já conheça outro modo de se organizar economicamente. Infelizmente a economia solidária ainda é vista como uma iniciativa dos que estão marginalizados do mercado de trabalho, mas poderia ser uma iniciativa de todos. Ao invés da formação acadêmica ser de forma individual, que incentive a competição e a individualidade, por que não pensar em organizações coletivas?

O estágio na comunidade contribuiu de diversas formas para a organização comunitária, potencialização da comercialização dos produtos do grupo de mulheres e a gestão do empreendimento, sobretudo a auto-estima dessas mulheres, que pela primeira vez saíram da comunidade para passar a noite em curso e descobriram que os brancos passam pela mesma dificuldade que elas. Essa foi umas das conquistas mais relatadas pelos membros do grupo.

Contudo o amor à natureza, o cuidado com o outro, o sonho pela libertação e a força para lutar foram os ensinamentos mais fortes que esse povo me passou nesse período de estágio. Sem dúvida, encerro essa etapa da minha formação com a sensação de ter recebido muito mais do que pude fornecer e com a certeza de que tenho muito ainda o que aprender.

Por fim, percebe-se que a economia solidária tem um grande caminho pela frente para que de fato ela possa superar o capitalismo, porém muitos passos já foram dados e o reconhecimento já foi conquistado. O próximo passo é que ela seja mais conhecida no Brasil e no Mundo para que mais pessoas possam optar por esse modo de produção e comercialização.

6. BIBLIOGRAFIA

Agência de Desenvolvimento Solidário. **A comercialização na Economia Solidária**. São Paulo, 2002.

ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia**. V.3. São Paulo: 2007

ASSUNÇÃO, Karol. **Ecosol: Coletividade e desenvolvimento de territórios como estratégias de combate à pobreza**, 2011. Disponível em: http://www.adital.com.br/hotsite_economia/noticia.asp?lang=PT&cod=57130. Acesso em: 18 Fev 2013.

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>. Acesso em: 16 de Janeiro de 2013.

BORAN, J. **O Futuro tem Nome: Juventude**. Sao Paulo: Paulinas, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 18 Fev 2013.

BRIGHENTI, C. A. **Estrangeiros na própria terra**. Chapecó/Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1982

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL SC. **Outra economia em nossas mãos**. Florianópolis: Julho de 2011.

CASTANHEIRA, M. E., & PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katalysis**. Florianópolis: v. 11 n.1, 116-122, 2008.

CATTANI, A. D. A outra Economia: os conceitos essenciais. In: Cattani, A.D. **A outra economia**. São Paulo: Veraz, 2003. p. 9-14.

DARELLA, Maria D. P. A presença Guarani no litoral de Santa Catarina: breve informe. **Campos - Revista de Antropologia Social**. Curitiba, v. 4, p 203-206, 2003. Link online: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/1605/1353>

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=61. Acesso em: 18 Fev 2013.

FERREIRA, Aurélio B. Hollanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In: CEFESS/ABEPSS-UNB, **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Vol. Módulo 4. Brasília: 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: resultados preliminares** – São Paulo. Rio de Janeiro, 2010

LISBOA, T. K. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: 2008.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social - encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katalysis**. Florianópolis: v. 13 n.1 p.66-75, jan/jun 2010.

MANCE, E. A. Redes de colaboração solidária. In: A. D. Cattani, **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 219-225.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Atlas da Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html> Data de acesso: 18/12/2012

MIOTO, R. C. T. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: **Direitos sociais e competências profissionais**. Unidade II. Brasília: CFESS/SBEPSS, 2009. P. 497-511.

NAKANO, M. (2000). Antegag: autogestão como marca. In: P. Singer, A. R. Souza, & (organizadores), **Economia Solidária no Brasil - A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 65-80.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 135-168, 2007.

RONCONI, L. F. **Gestão Social e Economia Solidária: Desafios para o Serviço Social**. Florianópolis: 2003.

SINGER, P. Economia Solidária. In: A. D. Cattani, **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125.

SINGER, P. **O Capitalismo - sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. SÃO PAULO: MODERNA, 1987.

SINGER, P. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: P. Singer, & A. R. Souza, **A Economia Solidária no Brasil - a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 11- 28, 2000.

SOUZA, A. R. Um Instantâneo da economia solidária no Brasil. In: P. Singer, A. R. Souza, & (organizadores), **A economia solidária no Brasil - A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Vol. Coleção Economia, pp. 7-10 Contexto, 2000.

ZANFRA, M. K. **Movimento de Economia Solidária em Santa Catarina**. A perspectiva dos(as) assistentes sociais. Florianópolis: 2007.

SILVA, M. Ozanira da Silva e (Coord.). **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Os índios no Brasil. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/indios/p1.php>
Data de acesso: 03/11/2012

PAIVA, Beatriz A. SALES, Mione A. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, Dilséa. SILVA, Marlise. SALES, Mione. GONELLI, Valéria. (orgs). **Serviço Social e ética – convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996 (p. 174 – 208)

SARMENTO, Helder. Rediscutindo os instrumentos e as técnicas em Serviço Social. In: STOCKINGER, Silva da Costa (org.). **Textos de Teoria e Prática de Serviço Social – Estágio Profissional em Serviço Social na UFPA**. Belém. Ed. Amazônia/UFPA, 2005, p. 6 – 48.